



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD (quando houver)	OK
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP (quando houver)	-
PESQUISA DE MERCADO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL	OK
PLANILHA DE PREÇOS C/ MÉDIA OU MEDIANA	-
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS	OK
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO OU FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	-
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	OK
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI ESTRAPOLADO O LIMITE DE DISPENSA (em caso de dispensa em razão do valor)	-
TERMO DE REFERÊNCIA - TR	OK
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	OK
JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA PRESENCIAL (quando for o caso)	
MINUTA DO AVISO DE DISPENSA E ANEXOS	
MINUTA DE CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
LISTA DE VERIFICAÇÃO	OK
PARECER JURÍDICO (quando for o caso)	OK
PUBLICAÇÃO	
PROPOSTAS	
HABILITAÇÃO	OK
ATA DA SESSÃO PÚBLICA (quando houver)	
HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO	OK
CONTRATO/ATA - PUBLICAÇÃO	OK
PRORROGAÇÕES/ADITIVOS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria Municipal responsável pela demanda: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
- Setor requisitante: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
- Nome do servidor responsável pelo DFD: LUIZ CARLOS LEMES

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação de uma empresa especializada no fornecimento de sistemas de som para rodeios e eventos em geral é uma necessidade essencial para garantir a qualidade, a funcionalidade e a experiência sonora durante as atividades. Rodeios e eventos dessa natureza exigem uma sonorização de alto desempenho, capaz de cobrir grandes áreas, fornecer falas e músicas claras, e atender às expectativas de um público diversificado, garantindo a satisfação dos participantes e o sucesso do evento.

Além disso, a complexidade técnica envolvida não é adequada para eventos de grande porte, exigindo profissionais especializados, equipamentos de alta tecnologia e conhecimento em acústica. Isso inclui desde a instalação e manutenção dos sistemas de áudio até o suporte técnico durante toda a realização do evento, garantindo que não ocorram falhas que possam comprometer o cronograma ou a dinâmica das apresentações.

A necessidade também se justifica pelo fato de que rodeios e eventos semelhantes costumam ser realizados em ambientes abertos, onde há maior propensão a interferências externas que impactam a qualidade do som. Nesse contexto, é indispensável que a empresa contratada tenha expertise para planejar e ajustar a distribuição dos equipamentos, considerando as características específicas do local e as condições climáticas.

Por fim, a contratação de uma empresa especializada é fundamental para cumprir as exigências legais e regulamentares relativas ao controle de ruídos e à segurança dos equipamentos. Dessa forma, a escolha de um fornecedor atualizado não apenas atende à necessidade técnica do evento, mas também minimiza riscos e agrega valor à organização, contribuindo para uma execução profissional e alinhada às expectativas dos organizadores e do público



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

3. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

A solução sugerida para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de som para rodeios e eventos em geral envolve a realização de um processo criterioso e estruturado, que garante a escolha de um fornecedor atualizado e adequado às necessidades específicas do evento. Primeiramente, recomenda-se a elaboração de um edital ou termo de referência que detalhe as exigências técnicas, operacionais e legais relacionadas ao serviço, incluindo a capacidade de cobertura acústica, a qualidade dos equipamentos e o atendimento às normas de segurança e controle de ruídos.

O processo de seleção deve incluir a solicitação de propostas apresentadas de diferentes fornecedores, permitindo uma análise comparativa com base em critérios como experiência comprovada no setor, qualificação técnica da equipe, portfólio de eventos realizados e feedback de clientes anteriores. Além disso, é essencial que a empresa apresente documentação regularizada, como licenças ambientais e comprovantes de cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.

Para mitigar riscos e garantir a execução adequada do serviço, sugere-se que o contrato inclua cláusulas claras sobre prazos, responsabilidades, deliberações por descumprimento e cobertura de eventuais danos. Também é desconfortável que uma empresa contratada se comprometa a oferecer suporte técnico completo durante o evento, com profissionais disponíveis para resolver facilmente qualquer problema operacional.

Outra etapa importante é a realização de uma vistoria prévia no local do evento, em conjunto com a equipe técnica da empresa, para planejamento da distribuição dos equipamentos e ajustes necessários. Essa abordagem contribui para maximizar a qualidade da sonorização e reduzir possíveis contratempos.

Por fim, recomendamos a escolha de um fornecedor que demonstre não apenas competência técnica, mas também flexibilidade e proatividade no atendimento às demandas específicas do evento, garantindo uma parceria eficiente e uma experiência sonora de alto padrão.

4. PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

Após os procedimentos de dispensa o contrato deverá ser executado de forma imediata e com duração inicial de 12 (DOZE) meses. Estima-se que nesse



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

prazo algumas adequações sejam possíveis, tais como a revisão das leis específicas dos cargos, a criação de cargos e o estudo de novo concurso público.

Caso não seja possível a implantação dessas medidas, o Contrato Administrativo aqui requisitado poderá ser prorrogado, de acordo com a legislação vigente.

5. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor estimado da contratação é R\$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), considerando os valores despendidos na contratação anterior, atualizados pelo INPC

6. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor do Contrato: LUIZ CARLOS LEMES

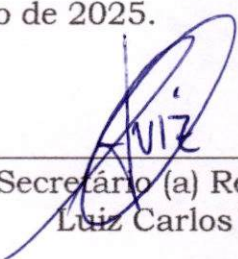
Fiscal do Contrato: WICTO EDUARDO BONETTE.

Suplente do Fiscal de Contrato: LUIZ CARLOS LEMES


7. APROVAÇÃO

Aprovo a referida demanda.


Ivaí – PR, 13 de janeiro de 2025.



Secretário (a) Responsável
Luiz Carlos Lemes



Servidor responsável pela elaboração
Maysa Bardal



Gestor do Contrato
Luiz Carlos Lemes

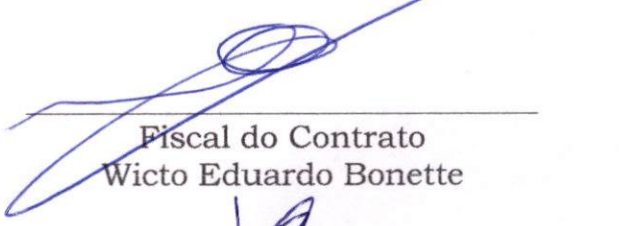


PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

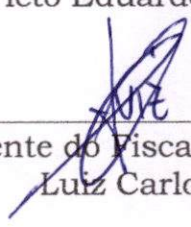
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br



Fiscal do Contrato
Wicto Eduardo Bonette



Suplente do Fiscal do Contrato
Luiz Carlos Lemes

ORÇAMENTO

52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO CNPJ: 52.894.123/0001-17
Rua rui barbosa, nº 203 centro, IVAI – PR Contato: 42999813283
Email: bibianesebastiani@gmail.com

Dados do Cliente

Cliente PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Telefone (42)3247-1222 Email gabinete@ivai.pr.gov.br CNPJ 76.175.918/0001-33

Endereço RUA RUI BARBOSA, nº 632 Bairro CENTRO Cidade IVAI Estado PR CEP 84460-000

ORÇAMENTO - Item = SERVIÇO DIÁRIA

SOM 01 SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL:
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DEMEDIDA QUANTIDADE

- 1- caixa LINE 600 rms cada UND 8
- 2- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4
- 3- caixa monitor retorno UND 2
- 4- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- 5- microfones sem fio UND 2
- 6- microfones com fio UND 4
- 7- pedestal para microfone UND 4
- 8- Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som

VALOR DA DIÁRIA R\$3.700,00

SOM 02 SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS
ITEM ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DE MEDIDA

QUANTIDADE

- 1- caixa LINE 600 rms cada UND 4
- 2- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2
- 3- caixa monitor retorno UND 1
- 4- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- 5- microfones sem fio UND 2
- 6- microfones com fio UND 2
- 7- pedestal para microfone UND 2
- 8- Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som

VALOR DA DIÁRIA R\$2.500,00



Documento assinado digitalmente

JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
Data: 10/01/2025 14:36:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Orçamento Emitido em: 10/01/2025 Válido até: 31/12/2025

000006

ORÇAMENTO

válido até 31/12/2025

TERESA CARDOZO 04566189961 , nome fantasia Mundo da Música
CNPJ= 25.892/0001-93 email= grupovangrah@gmail.com fone (42) 99995-6878
Endereço zona rural Lageadinho Ivaí Pr

Cliente PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ Telefone (42)3247-1222 Email gabinete@ivaipr.gov.br
CNPJ 76.175.918/0001-33 ,Endereço RUA RUI BARBOSA, nº 632 Bairro CENTRO Cidade IVAÍ
Estado PR CEP 84460-000

Valor referente a Diária SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL

- caixa LINE 600 rms cada UND 8
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4
- caixa monitor retorno UND 2
- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- microfones sem fio UND 2
- microfones com fio UND 4
- pedestal para microfone UND 4
- Amplificadores e cabearmentos suficiente para ligação do sistema de som

Valor = 3.725,00 reais

Valor referente a Diária SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS

- caixa LINE 600 rms cada UND 4
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2
- caixa monitor retorno UND 1
- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- microfones sem fio UND 2
- microfones com fio UND 2
- pedestal para microfone UND 2
- Amplificadores e cabearmentos suficiente para ligação do sistema de som

Valor = 2.520,00 reais


Teresa Cardozo

Prefeitura Municipal de Ivaí

Ivaí 10 de Janeiro de 2025

000007

ORÇAMENTO *válido até 31/12/2025*

Cliente PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ Telefone (42)3247-1222 Email gabinete@ivai.pr.gov.br
CNPJ 76.175.918/0001-33 .Endereço RUA RUI BARBOSA, nº 632 Bairro CENTRO Cidade IVAÍ
Estado PR CEP 84460-000

Prestador de serviço = HENRIQUE CONRADO SCHEIDT NETO = FANTASIA AERO AUDIO
CNPJ= 13.467.096/0001-44 email= Henriqueimbituva@gmail.com fone (42) 99909-3000
Endereço rua sezinando da Silveira ,228 Imbituva PR

DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL.

- caixa LINE 600 rms cada UND 8
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4
- caixa monitor retorno UND 2
- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- microfones sem fio UND 2
- microfones com fio UND 4
- pedestal para microfone UND 4
- Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som

Valor - 3.735,00 reais

DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS

- caixa LINE 600 rms cada UND 4
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2
- caixa monitor retorno UND 1
- mesa de som digital de 16 canais UND 1
- microfones sem fio UND 2
- microfones com fio UND 2
- pedestal para microfone UND 2
- Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som

Valor = 2.530,00 reais


Henrique Conrado Scheidt Neto

Prefeitura Municipal de Ivai



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE A PESQUISA DE MERCADO

Eu, Luiz Carlos Lemes, residente e domiciliado (a) na cidade de Ivaí, inscrito (a) no CPF nº 975.200.479-20, lotado (a) na Secretaria de Administração, na função de Secretário, sob a Decreto nº 147/2023, declaro que, com relação à pesquisa de preços com a média dos orçamentos:

DA PESQUISA COM FORNECEDORES:

Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de orçamentos com fornecedores, pois Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de solicitação direta de cotações junto a no mínimo 3 (três) fornecedores, devido à necessidade de obter orçamentos atualizados para garantir a adequação dos preços ao mercado atual. A escolha desses fornecedores foi justificada pela sua especialização e atuação no segmento de realizações em provas de velcross bem como pela urgência na contratação, que exige rapidez e eficiência no processo de cotação.

Os comprovantes de tentativa de ampliação da pesquisa foram juntados nos autos.

De acordo com o disposto no art. 23, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2023, foram escolhidos os fornecedores para a pesquisa de mercado por estas pois são as mais próximas do município e houve pesquisa de serviços prestados, com avaliação boa e empresa é própria para estes serviços.

SERÃO NECESSÁRIOS 12 DIÁRIAS PARA EVENTOS EM GERAL E RODEIOS E

SERÃO NECESSÁRIOS 6 DIÁRIAS PARA EVENTOS FOMENTADOS.

TABELA DE PREÇO REFERENTE AO SOM DE RODEIO E EVENTOS EM GERAL

CIDADE	EMPRESA	VALOR	TOTAL
IMBITUVA-PR	AERO AUDIO	R\$ 3.735,00	R\$ 44.820,00
IVAÍ-PR	JOÃO CARLOS CARDOSO	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
IVAÍ-PR	GRUPO VANERAH	R\$ 3.725,00	R\$ 44.700,00

TABELA DE PREÇO REFERENTE AO SOM DE EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS

CIDADE	EMPRESA	VALOR	TOTAL
IMBITUVA-PR	AERO AUDIO	R\$ 2.530,00	R\$ 15.180,00
IVAÍ-PR	JOÃO CARLOS CARDOSO	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
IVAÍ-PR	GRUPO VANERAH	R\$ 2.520,00	R\$ 15.120,00

DA RESPONSABILIDADE: Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

000009




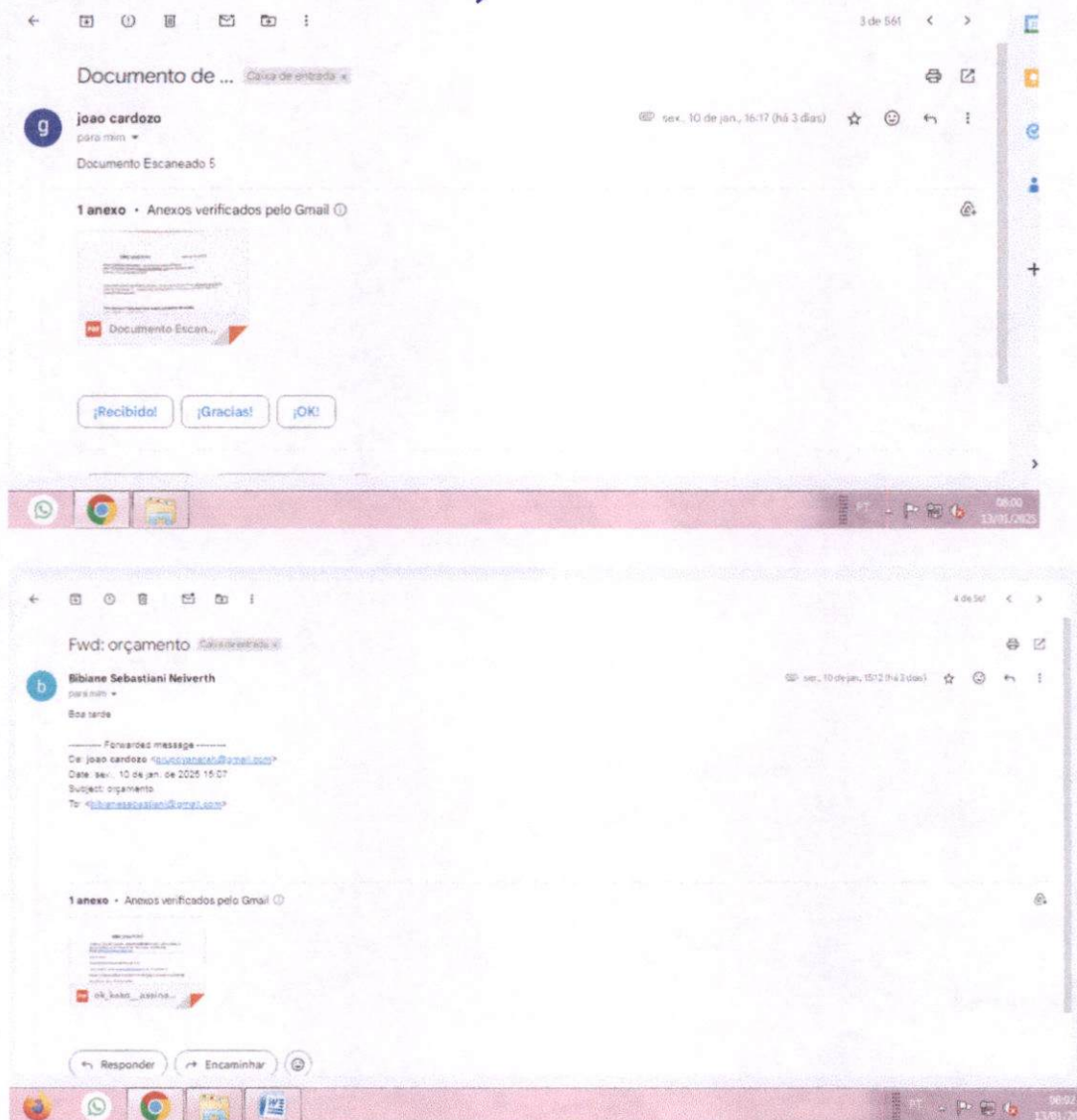
MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Declaro estar de acordo com a consulta de mercado realizada e ciente da responsabilidade em caso de sobre preço.

Ivaí, 13 de Dezembro de 2025


Luiz Carlos Lemes
Secretário de Administração





MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

PEDIDO DE ORÇAMENTO SOM **SECRETARIA**

SECRETARIA DE AGRICULTURA
Bos talvez estáu entrando em contato para solicitar orçamento, segue especificação abaixo

HENRIQUE CONRADO SCHEIDT NETO
para: **Henrique**

Segue orçamento solicitado.

1 anexo - Anexos verificados pelo Gmail

Orçamento aprovado. Orçamento recebido. Não veio o anexo.

13/01/2023

000011



Equiplano

Município de Ivaí - 2025

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 15/01/2025

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					4.500.000,00	4.530.000,00	68.407,35	4.431.592,65
001 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO					4.500.000,00	4.530.000,00	68.407,35	4.431.592,65
04.122.0402.2005 Atividades da Divisão de Administração					4.500.000,00	4.530.000,00	68.407,35	4.431.592,65
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
00200	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	4.500.000,00	4.500.000,00	68.407,35	4.431.592,65
Total Geral					4.500.000,00	4.500.000,00	68.407,35	4.431.592,65

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 15/01/2025

Contas de despesa: 200



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa responsável por fornecimento de sons para rodeios e eventos em geral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

item 1: SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	caixa LINE 600 rms cada	UND	8
2	caixa de grave duplo 2000 rms cada	UND	4
3	caixa monitor retorno	UND	2
4	mesa de som digital de 16 canais	UND	1
5	microfones sem fio	UND	2
6	microfones com fio	UND	4
7	pedestal para microfone	UND	4
8	Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som	UND	

item 2: SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	caixa LINE 600 rms cada	UND	4
2	caixa de grave duplo 2000 rms cada	UND	2
3	caixa monitor retorno	UND	1
4	mesa de som digital de 16 canais	UND	1
5	microfones sem fio	UND	2
6	microfones com fio	UND	2
7	pedestal para microfone	UND	2



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

8	<i>Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som</i>	UND	
---	---	-----	--

O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, conforme art. 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 030/2023

O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES prorrogável nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O índice de reajuste a ser aplicado corresponde ao: INPC

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Nas hipóteses descritas no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensado termo contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Documento de Formalização de Demanda..

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, pois ainda não foi confeccionado por este Município, porém o objeto tem previsão nas leis orçamentárias e é de uso essencial pela Administração e constará no Plano a ser confeccionado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Documento de Formalização de Demanda.

4. ANÁLISE DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de uma empresa especializada no fornecida de filhos para rodeios e eventos em geral envolve diversos riscos que devem ser minuciosamente avaliados antes do fechamento do contrato. Primeiramente, há o risco técnico relacionado à qualidade dos equipamentos e da operação. Equipamentos de som inadequados ou mal configurados podem comprometer a experiência do público, prejudicar a eficiência do evento e até gerar problemas de segurança, como falhas que resultem em ruídos altos capazes de causar danos auditivos.

Outro ponto crítico é o cumprimento das normativas legais. As empresas que não seguem as legislações aplicáveis, como as normas de controle de poluição sonora ou as normas de segurança elétrica, podem expor os contratantes a deliberações legais e administrativas. Além disso, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

verificação do licenciamento e da regularidade fiscal da empresa é indispensável para evitar contratemplos jurídicos

No aspecto contratual, é fundamental analisar as cláusulas relacionadas às responsabilidades em caso de falhas técnicas ou descumprimento do contrato. Um contrato mal redigido pode deixar o contratante sem cobertura em situações de cancelamento de última hora, atrasos na montagem dos equipamentos ou problemas operacionais durante o evento.

Por fim, a confiança e a experiência prévia do fornecedor são fatores que podem mitigar riscos. Contratar uma empresa sem referências sólidas ou históricas comprovadas aumenta a probabilidade de problemas durante a execução do serviço. É essencial realizar pesquisas e obter feedback dos clientes anteriores para garantir a confiabilidade do fornecedor. A mitigação desses riscos passa pela realização de uma análise cuidadosa, abrangendo avaliações técnicas, jurídicas e contratuais, além de uma seleção criteriosa baseada na confiança e experiência da empresa no mercado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

O objeto não possui critérios de inovação ou desenvolvimento sustentável por sua própria natureza, mas serão adotadas medidas de segurança, visando diminuir possíveis impactos ambientais causados.

Subcontratação e Participação de Consórcios

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que não se admite esta exigência para fornecimento de bens, pois a natureza do objeto é padronizada e indivisível.

Não será vedada a participação de empresas em consórcio.

Benefícios para ME e EPP (Lei Complementar nº 123/06)

Serão aplicados os benefícios, conforme tratado no DFD, que no caso concreto constarão no edital de licitação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O prazo de entrega/execução será de 7 dias, contados da solicitação formal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

A periodicidade dos serviços ocorrerá da seguinte forma: Por hora não temos datas disponíveis para colocar a disposição do edital, porém quando for necessário o uso destes equipamentos será avisada com antecedência a empresa vencedora.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Obrigações específicas do contratado

Conforme minuta do Contrato.

Obrigações específicas do Município

Conforme minuta do Edital.

Infrações e penalidades do Contrato

As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa. Desta forma, serão seguidas as sanções previstas nos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, bem como o disposto no art. 42 ao art. 53 do Decreto Municipal nº 025/2023, dispostas no Contrato e no edital.

Fiscalização e Gestão do Contrato

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão formalmente designados.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.1.2. Ainda, cabe ao fiscal administrativo o disposto no art. 21 do Decreto Municipal 28/2023.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. Além das discriminadas no art. 19 do Decreto Municipal 28/2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue/executado.

8.2. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato ou comissão de recebimento designada, mediante termo de recebimento, em 2 dias, contados do recebimento provisório.

8.3. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da entrega do objeto ou da execução do serviço, mediante apresentação da nota fiscal e autorização do fiscal.

No caso de atraso pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora, serão objeto de incidência, uma única vez, até o pagamento, da taxa referencial do SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

As condições de pagamento são compatíveis com a iniciativa privada.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA.

Critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

A contratação será global

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será parcelado por item

Documento a ser apresentado junto com a proposta

Deverá ser apresentado juntamente com a proposta ajustada os seguintes documentos:

Documentos de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

Contrato social ou instrumento equivalente;

Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;

Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;

Regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e

Regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica (Exigir somente quando for obrigatório por lei especial e realmente necessário e pertinente com o valor e complexidade do objeto e se justificadas no DFD)

Atestado de capacidade técnica operacional emitido em nome da empresa licitante, referentes a objetos similares ao licitado, que comprove a execução deste serviço em outros órgão municipais, ou empresas sendo a parcela de maior relevância.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é R\$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), considerando os valores despendidos na contratação anterior, atualizados pelo INPC

Data da conclusão da formação de preço 10 de Janeiro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR
e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Existe previsão orçamentária, conforme documentos anexos emitidos pelo setor de finanças, em compatibilidade com as leis orçamentárias.

A contratação será atendida por rubrica orçamentária, conforme documento anexo.

Ivaí-PR, 13 de janeiro de 2025.

Servidor Responsável pela elaboração
Maysa Bardal

APROVO:

Secretário Municipal de Administração
Luiz Carlos Lemes



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal

Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivai, durante o exercício de 2024;

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Kella Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Kella Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Kella Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kovalczuk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Kella Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sergio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE
LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE
MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE
CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula. Nomeia membros para a Comissão
Municipal Permanente de Licitação, Equipe de
Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro
e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Itaú, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Itaú, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovaleczuk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz.

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovaleczuk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kovaleczuk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Koliski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA
FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE
2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do
exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Itaú, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Itaú - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzota Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobui - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretário Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretário Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:12552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Símula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2024, será assim composta:

*Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochowski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.*

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivai - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR do CPF/MF nº 15.210.549-91, a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivai PR - 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Fernanda Caroline Bueno Pereira, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 430, Centro, em Ivai PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.373.929-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: *Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde - Lote 003*

CLÁUSULA PRIMEIRA: *Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.*

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivai (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador:F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: *Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.*

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bilecompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -
Agente de Contratação

Publicado por:
Keila Soares
Código Identificador:A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: *Aquisição de tomers, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.*

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2024, será assim composta:

*Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Erualdo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochowski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.*

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: 977FBFF0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

*O Município de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - Pr, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF nº 15.210.549-91, a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivai PR 84260-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456-0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivai/PR, portadora da cédula de*

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivai (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -
Agente de Contratação

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: A89820SA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

MEMO/2025

DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** o **INÍCIO** do **PROCESSO DE DISPENSA** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de som para rodeios e eventos em geral**. Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí - PR, 13 de Janeiro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
PREFEITO MUNICIPAL

000023



Município de Ivaí
Solicitação 6/2025

Página:1

Solicitação		Número		Tipo		Emitido em		Quantidade de itens	
6		Contratação de Serviço		15/01/2025		2			
Solicitante		Código		Nome		Processo Gerado		Número	
1052-9		LUIZ CARLOS LEMES		0/2025					
Local		1003		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
Órgão		03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
Forma de pagamento		Descrição		A PRAZO		Tipo		Depósito bancário	
Entrega		Local				Prazo		Dias	

Descrição:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistemas de som para rodeios e eventos em geral.

Justificativa:

Para garantir a qualidade, a funcionalidade e a experiência sonora durante as atividades.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
049300	DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL. DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL. -caixa LINE 600 rms cada UND 8 - caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4 caixa monitor retorno UND 2 mesa de som digital de 16 canais UND 1 microfones sem fio UND 2 microfones com fio UND 4 pedestal para microfone UND 4 Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som	DI	12,00	3.700,00	44.400,00
049301	DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS caixa LINE 600 rms cada UND 4 caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2 caixa monitor retorno UND 1 mesa de som digital de 16 canais UND 1 microfones sem fio UND 2 microfones com fio UND 2 pedestal para microfone UND 2 Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som	DI	6,00	2.500,00	15.000,00
				TOTAL	59.400,00
				TOTAL GERAL	59.400,00

000024



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL nº 001/2024

ASSUNTO: DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR (ART. 75, I e II)

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, NA FORMA PRESENCIAL OU ELETRÔNICA. ARTIGO 75, I, II §3º DA LEI 14.133/2021. CHECKLIST DE DOCUMENTOS. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA JURÍDICA SOBRE A CONTRATAÇÃO.

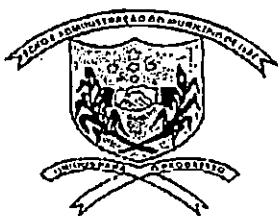
I. RELATÓRIO

Trata-se de parecer referencial a ser aplicado pela Administração Pública Municipal em processos de contratação direta, por dispensa de licitação em razão de valor, com fulcro no art. 75, incisos I, II e § 3º da Lei nº 14.133/2021.

A dispensa de parecer jurídico individualizado possui regulamentação no âmbito do Município, no Decreto Municipal nº 235/2024 e Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município, em atendimento ao controle prévio de legalidade dos processos licitatórios, das contratações diretas, dos instrumentos congêneres e de seus termos aditivos, na forma do art.53 da Lei n.14.133/2021.

Ainda que, em regra, tal manifestação deve ocorrer de forma individualizada, visando a apreciação de todos os elementos necessários à efetivação de cada contratação ou alteração contratual, excepcionalmente, na forma estabelecida pelo §5º do art.53 da Lei n. 14.133/2021, será dispensável a emissão de opinião de forma individualizada, nos casos de contratação de baixo valor, baixa complexidade a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Em tais casos, a padronização de análise jurídica permitirá a dispensa de emissão de opinião jurídica individualizada, desde que atestado pela



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Administração, expressamente, o preenchimento dos requisitos e recomendações previstas neste parecer referencial, na lista de verificação específica para a contratação e na minuta pré-aprovada de edital ou aviso de dispensa, quando for o caso, bem como minuta de contrato ou ata de registro de preços, quando não dispensado termo contratual, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de eficácia plena do Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município (art. 7º), será emitido o presente parecer referencial e seus anexos.

É o breve relatório.

II. DELIMITAÇÃO DO ESCOPO DA ANÁLISE JURÍDICA E DO CABIMENTO DO PARECER JURÍDICO REFERENCIAL

Inicialmente, salienta-se que a emissão de Parecer Jurídico Referencial é plenamente cabível, conforme regulamentação municipal, bem como, o caso concreto amolda-se a matéria de análise recorrente por esta assessoria, sendo sua utilização, condizente com o princípio constitucional da eficiência (art. 37, *caput*), que visa dar maior celeridade aos serviços administrativos.

No presente caso, a análise de processos administrativos que visam à instrução da contratação direta, devido ao pequeno valor, constitui matéria recorrente no âmbito do órgão público, ensejando grande volume de expedientes similares.

Além disso, a matéria versada possui baixa complexidade, pois trata de conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, facilmente compreendida pelo parecer referencial, que fica circunscrito às situações que se amoldam ao seu escopo, devendo as hipóteses não abarcadas pelos seus termos ou aquelas que ensejem dúvida jurídica específica por parte do gestor serem submetidas à consultoria jurídica.

Feitas tais considerações, destaca-se que o escopo aqui empreendido, se restringe aos aspectos exclusivamente jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica, econômica e financeira, próprios do mérito da Administração, e, portanto, alheios às atribuições desta Procuradoria.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Ademais, nos termos do art. 3º, II e IV da Lei Municipal nº 951/2010, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Procuradoria Geral examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

De mais a mais, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da correlação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, podendo ser aplicável à advocacia pública municipal:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Rafael Sérgio Lima de Oliveira, pontua que o termo "controle" foi mal-empregado no art. 53, *caput* da nova legislação e deve ser visto sob o ângulo de quem o exerce, que é justamente a assessoria jurídica, e esta, tal e qual como a consultoria, é atividade privativa de advogados (art. 1º, inciso II, da Lei 8.906/1994), não se relacionando com a tarefa de controle interno.

O autor ainda faz importantes constatações quanto a postura do parecerista:

(...) a postura do Assessor Jurídico é a de apoiar a gestão no sentido de viabilizar a política desejada pelo Gestor. Obviamente, que tal apoio deve sempre seguir nos trilhos da juridicidade, não se cogitando do suporte jurídico com o intuito de maquiar qualquer ilegalidade. Com isso, se o anseio do Administrador Público é cometer atos que ferem a ordem jurídica, cabe ao



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Assessor Jurídico fazer constar em sua manifestação o desalinhamento da postura planejada com a ordem legal e sugerir, caso exista, a alternativa legal capaz de concretizar os planos do encarregado pela gestão. Isso indica que o Assessor Jurídico deve ter um compromisso com a gestão pública, e não com a pessoa do Gestor. Claro que cabe ao Administrador legalmente investido no cargo escolher as opções dentro dos limites legais de oportunidade e conveniência. Tais escolhas devem sempre ser respeitadas pelo órgão de assessoramento jurídico. Essa postura respeitosa envolve, inclusive, empenho no sentido de estudo e pesquisa, para conhecer as opções jurídicas e as apresentar à autoridade decisória para a sua consideração.

Ainda, convém sublinhar que parte das observações expendidas por estenúcleo de assessoramento jurídico não passam de recomendações, com vistas a salvaguardar a autoridade administrativa assessorada, pois a análise prévia da assessoria jurídica, embora obrigatória, não é vinculativa, de modo que este dela poderá o gestor divergir.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do da sua esfera de competências.

No âmbito local, o DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, previsto legalmente na Lei de nº 1.426/2022¹, anexo I, possui atribuições próprias de gerenciamento, supervisão e avaliação de todo o processo licitatório.

Ressalte-se, por fim, que os agentes envolvidos na tramitação processual devem possuir competência para a prática dos atos atinentes ao feito, cabendo-lhes aferir a exatidão das informações constantes dos autos, zelando para que todos os atos processuais sejam praticados por aqueles que detenham as correspondentes atribuições.

Assim, este parecer jurídico se limitará à análise jurídica, ou seja, sua adequação à legislação que versa sobre a matéria.

III. DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DO PARECER JURÍDICO

¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/i/ivai/lei-ordinaria/2022/143/1426/lei-ordinaria-n-1426-2022-define-atribuicoes-dos-cargos-em-comissao-criados-pelas-leis-municipais-734-2005-823-2007-842-2008-e-1115-2015?q=734>



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Conforme já elencado, o §5º do art.53 da Lei n.14.133/2021 permite que a autoridade jurídica máxima do órgão jurídico dispense a análise jurídica, desde que considere o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

No âmbito do poder executivo municipal, foi editado o Decreto nº 235/2024 e o Ato nº 001/2024 da Procuradoria-Geral do Município. À luz da regulamentação municipal, é possível a dispensa do Parecer Jurídico:

Art. 1º. DISPENSAR a manifestação jurídica individualizada pela Procuradoria-Geral do Município:

I. Nas contratações, cujo limite não ultrapasse o disposto no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as orientações indicadas em Parecer Jurídico referencial específico, na lista de verificação específica para a contratação e na minuta pré-aprovada de edital ou aviso de dispensa, quando for o caso, bem como minuta de contrato ou ata de registro de preços, quando não dispensado termo contratual, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

II. Nas hipóteses expressamente previstas no Decreto Municipal nº 025/2023.

(...)

Parágrafo único: O uso de minutas padronizadas e pré-aprovadas é obrigatório, devendo a sua não utilização ser justificada e indicada a alteração substancial que impossibilitou o uso.

Art. 4º. É de competência do órgão interessado a análise e verificação de conformidade de tais processos, conforme Parecer Referencial, lista de verificação e minutas padronizadas e pré-aprovadas, bem como declarar expressamente que o procedimento foi analisado em conformidade com as disposições previstas neste ato.

Art. 5º. Os valores previstos nos incisos I e II do caput do art. 75 da lei 14.133/21, serão automaticamente atualizados, conforme majoração a ser realizada pelo Chefe do Poder Executivo Federal.

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. A eficácia da dispensa de análise jurídica, disposta no art. 2º I, III e IV deste ato, fica condicionada à publicação de Parecer Referencial, lista de verificação específica para a contratação, minuta pré-aprovada de edital, de contrato e ata de registro de preços, quando for o caso, no Diário Oficial do Município.

Convém destacar também, a dispensa empreendida no Decreto Municipal nº 025/2023, segundo o qual, fica dispensado o Parecer Jurídico, nas contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75 I e II da Lei nº



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

14.133/2021, até o limite de 10% (dez por cento) do valor limite para a dispensa de licitação, e pelo Decreto nº 029/2023, que dispensa o Parecer jurídico (art. 2º, X), quando existente parecer referencial, nos casos de dispensa e inexigibilidade.

Portanto, plenamente cabível a dispensa de parecer jurídico para as contratações com fulcro nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

IV. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, ART. 75, I e II, DA LEI 14.133/2021.

A Constituição da República Federativa do Brasil impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cuja finalidade é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

Entretanto, a Carta Magna prevê expressamente a existência de casos que excepcionam o dever de licitar, isto é, são os casos das licitações tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis.

Desta feita, convém observar que a Lei nº. 14.133/2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível.

Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Constituição Federal 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Disso se extrai que apenas nos casos expressos em lei é viável ao administrador a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços sem prévio procedimento licitatório, consignando-se que as hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação estão previstas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, respectivamente.

Convém ressaltar que a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Quer dizer, excepcionar a regra de realização de licitação não significa que não haja formalidades a serem observadas pelo administrador e requisitos a serem preenchidos para viabilizar a contratação direta.

Assim, conforme previsão do Artigo 75, inciso I e II, da Lei



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), com atualização dos valores através do Decreto nº 11.871/2023, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores inferiores a 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e até R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

ANEXO

Art. 75, caput, inciso I R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos).

Art. 75, caput, inciso II R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)

Convém destacar que tais limites, anualmente, são atualizados pelo Chefe do Poder Executivo Federal, aplicando-se automaticamente ao Município de Ivaí-PR.

Diante dos limites previamente definidos em Lei, importante ressaltar a forma de aferição também prevista. Para tanto, destaca-se a condicionante prevista no art. 75, §1º e 2º, vejamos:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

(...)

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Conforme previsão expressa no §1º do Art. 75, para aferição dos



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

valores que atendam a tais preceitos deverá ser observado: I) o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora; II) o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

O Decreto Municipal nº 025/2023, em consonância com a Lei de Licitações, assim regulamentou o limite para aferição, dando ênfase a objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa:

Art. 12. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro, em cada unidade gestora, por objetos de mesma natureza ou subelemento de despesa, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Ademais, como observa Jacoby Fernandes o tempo da despesa é o exercício financeiro:

O § 1º estabelece dois critérios para determinar o valor que será utilizado para definir se a contratação pode ou não ser enquadrada nos incisos I e II da norma e, portanto, ser regular a contratação direta sem licitação. Não satisfeito qualquer deles, o enquadramento nos incisos é irregular. O primeiro inciso define o tempo da despesa correspondendo ao exercício financeiro. Textualmente: o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora. Exemplificando: se o gestor vai fazer uma reforma no edifício sede do Tribunal, deve considerar o que vai gastar no exercício, ainda que não contrate tudo de uma só vez. Se for a troca de piso de 15 andares, não poderá consumir o valor limite definido no inciso I e contratar a reforma do piso de 7 andares cujo valor é 100.000 reais e, depois, da conclusão dessa parte, contratar mais 100.000 reais para reforma de outros andares. O limite de valor é definido no inciso, seja inciso I ou II do caput, e o tempo da despesa é o exercício financeiro. Com isso, não mais subsiste a interpretação de somar o valor do contrato, ainda que fosse serviço contínuo e ultrapassasse o exercício financeiro. Um outro exemplo: manutenção de elevadores, cujo valor mensal fosse de 5.000 reais, para alguns tribunais não poderia ser enquadrado no inciso I, porque somado todo o valor do contrato, 60 meses, o valor seria superior ao definido no inciso. Agora pode, porque a lei determina que seja considerado só o exercício financeiro. O outro limitador do uso do inciso também veio a resolver antiga polêmica. Deve ser considerada a soma das despesas de mesma natureza. Aqui o legislador acolheu nossa proposição no sentido de deixar mais clara a compreensão do que é despesa de mesma natureza: é a despendida no mesmo ramo de atividade comercial. Assim, por exemplo, a reforma do edifício referida anteriormente, pode ser contratada até o limite de 100.000 reais e a instalação de piso, por mais 100.000 reais, porque existe no mercado empresa de especialidade diversa do executor da obra anterior. Ainda que os serviços sejam aparentemente integrados, a diferença do ramo de especialidade justifica a contratação separada.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Nesses casos, para aferição dos valores referentes a tal limite, a Administração deverá observar o somatório dos valores despendidos no exercício financeiro pela mesma unidade gestora, tomando em vista as despesas realizadas com objetos de mesma natureza (§ 1º), ou, conforme Decreto Municipal em epígrafe, subelemento de despesa (art. 12).

No que se refere a dispensa em razão do valor para manutenção de veículos automotores do próprio órgão ou entidade, incluindo o fornecimento de peças, nos termos do §7º do art. 75, não se aplica o disposto no § 1º do artigo às contratações de até R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), valor anualmente atualizado pelo Chefe do Poder Executivo federal.

Para tanto, salvo exceções previstas na lei, quando da formalização do processo de contratação direta em razão do valor, deve ser acostado nos autos: Documento assinado pela autoridade competente informando que foram observados o somatório do dispêndio no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade ou subelemento contábil.

Tal medida, evitará a realização de dispensa em razão do valor irregular, afastando o fracionamento de despesa como burla ao processo licitatório, veemente combatida pelos órgãos de controle, pois ainda que possível a dispensa de licitação nos presentes moldes, o planejamento deve ser anual, visando coibir o fracionamento ilegal de despesas, bem como garantir melhor eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, preferencialmente mediante agrupamento de demandas, observado o cronograma estabelecido pelo órgão ou entidade demandante e pela Central de Licitações e Contratos.

A realização de fracionamento indevido, inclusive, é conduta considerada crime de Contratação Direta Ilegal, assim estabelecido pelo art. 337-E do Código Penal, dispositivo incluído no ordenamento pela Lei n.º 14.133/2021, pelo que merece grande atenção pelo ordenador de despesas e



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

responsável pela autorização da contratação.

Dessa forma, devem os autos indicar se a contratação consta do Plano Anual de Contratação, ou justificar a ausência, quando for o caso.

b) DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 75, I e II)

A possibilidade de realização de dispensa em razão do valor, nos termos do art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021, deve ser defendida e comprovada pela requisitante e atender aos requisitos formais dispostos na Lei de Licitações.

Sobre o procedimento de contratação direta, o ilustre Justen Filho, adverte:

Tal como afirmado inúmeras vezes, é incorreto afirmar que a contratação direta exclui um "procedimento licitatório". Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para a seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. "Ausência de licitação" não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.

Diante disto, faz-se extremamente relevante a observância dos requisitos formais de regularidade nos casos de contratação direta por dispensa em razão de valor. Nesses casos, é necessário que o processo observe os elementos previstos, inclusive, no art. 72, da referida Lei, que seguem:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Por sua vez, a regulamentação Municipal, Decreto nº 029/2023, determina a instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade com os seguintes documentos:

Art. 2º O procedimento de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído na seguinte ordem:

- I- documento de formalização de demanda com a justificativa para a contratação, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo e, se for o caso, estudo técnico preliminar e análise de riscos;
- II- estimativa de despesa e justificativa de preço, nos termos da (indicar regulamento específico);
- III- demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- IV- minuta do contrato, se for o caso;
- V- pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- VI- razão de escolha do contratado;
- VII- comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessárias;
- VIII- autorização da autoridade competente;
- IX - checklist de conformidade;
- X- parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município, dispensado na hipótese de parecer referencial;
- XI- ato de autorização da contratação pela autoridade competente.

§ 1º O ato que autoriza a contratação direta e o extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público em site eletrônico oficial do e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 2º A publicidade dos contratos decorrentes, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, devendo ocorrer no prazo de dez dias úteis, no caso de contratação direta, contados da data de sua assinatura.

§ 3º Para atendimento ao disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, o processo deverá ser instruído com a especificação justificada do objeto a ser adquirido ou contratado, as quantidades e o preço estimado de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento, o local e prazo de entrega do bem, prestação do serviço ou realização da obra, a observância das disposições previstas na Lei Complementar Federal no 123, de 14 de dezembro de 2006, e na legislação relativa ao tratamento diferenciado às ME e EPP, se for o caso.

Em comparação com disposto na Lei nº 14.133/2021, o Decreto



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Municipal nº 029/2023, além das disposições contidas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, requer também o atendimento dos seguintes requisitos: IV- minuta do contrato, se for o caso e IX - **checklist de conformidade**, os quais são anexos deste parecer e devem ser utilizados, conforme Ato nº 001/2024 - PGM.

Deve ser observado também, o disposto no §3º, quanto as informações que deverão conter no processo, para tanto, sugere-se o uso da minuta de Termo de Referência aprovada por esta assessoria.

a.1) documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

Em regra, a instrução processual deve conter a documentação prevista no inciso I do art. 72, com exceções devidamente justificadas no processo para sua afastabilidade.

Em que pese a delimitação da instrução do processo, conforme acima exposto, importante destacar as exceções dispostas no regulamento, aplicáveis apenas nos casos expressamente previstos:

No que se refere a dispensa do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, TERMO DE REFERÊNCIA e ANÁLISE DE RISCOS:

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2023:

§ 4º A elaboração do estudo técnico preliminar e análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I- contratação de obras, serviços, compras e locações cujos valores se enquadrem nos limites do incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, independente da forma de contratação;

(...)

Em condições excepcionalíssimas, (contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75 I e II da Lei nº 14.133/2021, até o limite de 10% (dez por cento) do valor limite para a dispensa de licitação), o Decreto Municipal nº 025/2023 (art. 8º), dispensa os documentos previstos nos incisos I, II, III, VI, VII, do art. 72 da Lei 14.133/2021, porém, requer cautela para a dispensa de tais documentos, pois não se mostra razoável que seja extrapolado o limite disposto



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

por meio de várias contratações fracionadas, potencialmente adequadas para a hipótese elencada e quando somadas extrapolam tal limite.

Igualmente, destaca-se a previsão contida nos arts. 9º e 10, do mesmo Decreto, no que se refere as contratações com base no art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021 até o importe de 1% (um por cento) do valor limite para dispensa de licitação.

Convém elucidar também, que o art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023, dispõe que: *Nas contratações com base no 75, I e II da Lei 14.133/2021, fica dispensada a realização de estudo técnico preliminar, realização de análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, exceto quando se tratar de serviços que as particularidades do objeto exijam, em atendimento ao art. 70, III da Lei 14.133/2021.*

Para todos os efeitos, as exceções previstas na regulamentação municipal devem estar devidamente identificadas, demonstradas e motivadas no processo de contratação, vez que tais desobrigações devem ser lidas como facultativas, mediante justificativa.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações, o que não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

b.2) Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

Relativo à pesquisa de preços, é preciso ressaltar acerca da necessidade de a Administração estimar a despesa, a qual deverá ser calculada com base na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/21. Quanto à pesquisa de preços, o referido art. 23 disciplinou o seguinte:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

VI [...]

VII §4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Ademais, ao regulamentar a contratação direta no âmbito Municipal, o Decreto nº 025/2023, assim dispôs quanto a pesquisa de preços:

Das Pesquisas de Preços

Art. 28º. No procedimento de pesquisa de preços no âmbito Municipal, os parâmetros previstos no § 1º do artigo 23 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber.

Art. 29º. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º A partir dos preços obtidos por meio dos parâmetros de que se trata o § 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, mediana ou o menor preço/orçamento dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ainda ser utilizados outros critérios ou métodos desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade máxima competente.

§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º A desconsideração dos valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação. § 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

§ 5º Caso não seja possível a obtenção de três orçamentos para formação do preço base da licitação ou da contratação direta, com base nas hipóteses em Lei, a administração poderá, justificadamente, colacionando aos autos prova de tentativa de obtenção de preços, caso possam ser documentadas, utilizar os preços/orçamentos que conseguiu adquirir para a mencionada contratação, desde que compatíveis com a realidade do mercado, evitando-se a prática de preços inexecutáveis ou qualquer hipótese de superfaturamento.

Art. 30º. Para Obras e Serviços de Engenharia, a administração poderá usar como método de pesquisa a tabela de referência SINAPI, ou através de três orçamentos.

Art. 31º. Poderá ser admitida a pesquisa de preços através de plataformas eletrônicas, que tragam preços de referência, homologações, contratos e demais contratações de editais de Licitações do âmbito nacional, desde que as cotações se refiram a aquisições ou contratações firmadas de até um ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório.

O Decreto Municipal nº 029/2023, por sua vez, trata da forma de apresentação da pesquisa de preços, que deve constar no processo administrativo da contratação, vejamos:

Art. 4º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - descrição do objeto a ser contratado;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV- método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- V- justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- VI- memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte;
- VII- justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta junto aos fornecedores; e
- VIII- data, identificação e assinatura do servidor responsável.

Extrai-se do *caput* do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação Municipal que se prioriza a pesquisa de preços a partir de banco



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

de dados públicos e contratações públicas, observando, as quantidades a serem contratadas, a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, de forma a construir uma cesta de preços, em prol da transparência e economicidade da contratação.

Nesta seara, a pesquisa apenas com fornecedores é medida excepcional, que requer justificativa de uso, justificativa da escolha do fornecedor para a realização da cotação e que seja realizada por meio de solicitação formal de cotação (ex: e-mail com comprovante de envio e resposta), conforme art. 23, §1º, IV e art. 4º, VII do Decreto Municipal nº 029/2023.

Sobre o tema, o TCU:

As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa Seges-ME 73/2020) (TCU – Acórdão 4958/2022- Primeira Câmara. Rel. Min. Augusto Sherman, data da sessão 30/08/2022)

Já nas contratações diretas em que não for possível estimar o valor do objeto na forma citada, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo (§4º do art.23).

Ademais, os documentos relativos à pesquisa de preços devem ser acostados aos autos, acompanhados de Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços (conforme modelo anexo), assinada pelo agente público responsável, onde deve informar as fontes consultadas, a compatibilidade com o regulamento municipal, bem como a utilização de todos os métodos para evitar sobre preço, a qual presumir-se-á verdadeira.

Considerando a declaração do agente público, não cabe a esta Procuradoria auditar os aspectos técnicos e mercadológicos da pesquisa efetuada,



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

por estar além dos aspectos legais envolvidos na pretensão de contratação direta, porém, na existência de dúvidas quanto a compatibilidade do preço de mercado com a pesquisa efetuada, pode ser encaminhada à Controladoria para análise e auditoria.

Atendidos os requisitos legais, sendo o valor estimado dentro dos limites da dispensa de licitação em razão do valor, entende-se atendido o requisito legal, art. 72, II da Lei nº 14.133/2021.

b.3) Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

O inciso III indica a necessidade de parecer jurídico e técnico, se for o caso, que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos. Como destacado anteriormente, o §4º do art. 53 prevê caber ao órgão de assessoramento jurídico da Administração realizar o controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Contudo, o §5º entende pela possibilidade de, a critério da autoridade jurídica competente dispensar a emissão de opinião de forma individualizada, nos casos de contratação de baixo valor, baixa complexidade a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Em atendimento ao Ato nº 001/2024 – PGM, o presente Parecer referencial suprirá a análise jurídica, devendo este ser anexado aos autos de contratação, juntamente com lista de conformidade preenchida e atestada pela autoridade competente para o fiel cumprimento dos requisitos legais.

b.4) Da demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

Por conseguinte, o inciso IV do art. 72 prevê a necessidade de



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido. Tal previsão tem razão de ser na medida em que é necessário que a Administração Pública comprove ter previsão de recursos orçamentários suficientes para cumprir com os compromissos que pretende assumir.

Para o atendimento do requisito legal previsto, deve a Administração acostar aos autos a comprovação de disponibilidade de recursos emitida pelo setor contábil, com identificação da despesa e sua compatibilidade com as leis orçamentárias.

b.5) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária

O inciso V do art. 72 exige que seja comprovado que o futuro contratado preenche os requisitos de qualificação mínima e suficiente para executar o objeto e idoneidade para contratar com a administração pública, nos termos elencados nos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

Quanto ao Requisitos mínimos de Habilitação e Qualificação Mínimas necessárias, assim dispõe o regulamento municipal:

§ 5º Para fins de comprovação do disposto no inciso VII do *caput* deste artigo, serão exigidos apenas os documentos que se mostrarem indispensáveis no caso concreto e que não possam ser obtidos pela Administração em consulta a sítios eletrônicos públicos, sendo imprescindíveis à instrução do processo:

I- proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço;

II- prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de , onde tiver sede o particular, ao cadastro de fornecedores sancionados do Município, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

III- prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, quando couber;

IV- declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

(...)



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

§ 7º No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento, bem como nas contratações com valores inferiores a um quarto do valor limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, além do previsto no § 4º deste artigo, devem ser apresentados os seguintes documentos de habilitação:

I- se pessoa física, apenas certidão de regularidade fiscal municipal;

II- se pessoa jurídica, apenas certidões de regularidade fiscal e de regularidade social, quando se tratar de aquisição de bens; quando se tratar de contratação de serviços, acresce-se a certidão de regularidade trabalhista.

Assim, a Administração deve avaliar, mediante justificativa, quais são os documentos indispensáveis à execução do objeto do futuro contratado e exigir somente os indispensáveis e compatíveis com a contratação, tendo como parâmetro as informações contidas na Lei nº 14.133/2021, arts. 60 a 70, cujo rol é taxativo, e no Decreto Municipal regulamentador.

O atendimento dos requisitos entendidos como necessários pela Administração, devem constar nos autos, para a comprovação da qualificação mínima exigida.

b.6) Razão da escolha do contratado;

O inciso VI do art. 72 exige que o processo de contratação direta seja instruído com documento que demonstre a razão da escolha do contratado.

À luz da regra de obrigatoriedade de motivação com a respectiva indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que alicercem a decisão de dispensa ou declaram a inexigibilidade de processo licitatório (art. 50, IV da Lei 9784/1999), tem a Administração o dever de justificar a escolha do contratado.

Portanto, tal motivação quando da realização de "dispensa presencial" deve estar expressa nos autos, demonstrando a vantajosidade da contratação para com a escolha do fornecedor.

No caso de dispensa eletrônica, esta pode ser o fundamento da escolha, em prol da impessoalidade, da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Para tanto, em qualquer caso, sugere-se a utilização do campo específico da minuta de Termo de Referência padronizada e aprovada por esta Procuradoria.

Neste sentido, importante ressaltar o previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

Tal medida está diretamente ligada à escolha do contratado e sua não realização requer justificativa, conforme disposto no Decreto Municipal nº 029/2023, segundo o qual:

Art. 7º Para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Município de Ivaí, o qual encaminhará e-mail automaticamente aos fornecedores cadastrados para apresentação de propostas e consulta eletrônica, pelo prazo mínimo de três dias úteis. § 1º A inviabilidade, a impossibilidade, inexecutabilidade ou ineficiência do procedimento previsto no *caput* deve ser justificada nos autos, com a indicação da medida alternativa de garantia da impessoalidade e busca pelo melhor preço.

(...)

Art. 8º Definido o resultado do julgamento, com o objetivo de buscar o melhor preço, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado para a contratação, o órgão ou entidade deverá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º A negociação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

§ 2º Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

Art. 9º No caso de o procedimento de que trata o art. 7º deste Decreto (ou Resolução) restar fracassado, o órgão ou entidade poderá:

I- fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou II- republicar o procedimento; ou

III- valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

§ 1º O disposto nos incisos II e III do caput deste artigo poderá ser utilizado na hipótese de não surgirem interessados no procedimento. § 2º Frustrados os procedimentos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, poderá ser utilizada a medida alternativa de contratação prevista no art. 7º, § 1º, deste Decreto (ou Resolução), desde que o valor a ser contratado não seja superior ao obtido na consulta eletrônica, garantindo a impessoalidade e a busca pelo melhor preço.

Desta forma, deve ser preferencialmente atendido o disposto no art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021 e no caput do art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2023. Havendo impossibilidade, que seja acostada aos autos justificativa nos termos do §1º do art. 7º do referido decreto, como condição para a contratação.

Convém ressaltar, que a realização de dispensa eletrônica supre tal procedimento, tendo em vista as características do procedimento que atendem as exigências contidas no regulamento municipal, que inclusive, deve ser utilizada com preferência, pois garante maior transparência e impessoalidade em comparação ao procedimento descrito no art. 7º do regramento.

No uso de dispensa eletrônica, deve ser utilizada minuta padronizada e pré-aprovada, conforme Ato nº 001/2024 – PGM.

Por fim, para todos os efeitos, deve estar presente a escolha do contratado no processo administrativo de contratação, conforme art. 72, VI da Lei nº 14.133/2021.

b.7) Justificativa do preço;

O inciso VII do art. 72 preceitua a necessidade de demonstração da justificativa do preço. Como observado, quando da necessidade da estimativa de despesa o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 23).



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Com base no valor estimado estabelecido por meio de parâmetros legais, a justificativa do preço deve estar atrelada aos valores ali estimados, pautada no melhor preço obtido quando feita dispensa presencial ou no melhor preço obtido na dispensa eletrônica, quando for o caso.

b.8) Autorização da autoridade competente;

Para o fim de autorização do processo de contratação direta, cumpridas todas as etapas estabelecidas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, por fim, em atendimento ao inciso VIII, está prevista a necessidade de autorização da autoridade competente para a realização da contratação direta.

A autorização exigida, apresenta-se como último ato antes do estabelecimento da contratação, que deve ser realizada apenas se houver o cumprimento dos requisitos legais, devidamente previstos neste parecer.

Deve ser realizada por agente público competente, devidamente designado para este fim.

Por derradeiro, o parágrafo único do art. 72 exige que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o que também deverá ser observado como condição de eficácia.

c) DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Nos termos do art.95 da Lei nº14.133/2021, o instrumento de contrato é obrigatório, podendo a Administração substituí-lo por outro instrumento hábil equivalente (tal como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço) nas hipóteses de I - dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

Nas contratações diretas por dispensa em razão do valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, é facultativo,



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

portanto, a utilização de instrumento de contrato.

Por outro lado, por ser facultativo, poderá a Administração optar por utilizar o instrumento de contrato, caso entenda necessário. Recomenda-se, nesta hipótese, a utilização da minuta de contrato padrão aprovada, que segue anexa ao presente parecer referencial.

V. CONCLUSÃO

Feitas tais análises, cabe ao gestor demonstrar que a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão, para enfim concluir pela hipótese de dispensa.

Ressalta-se que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste.

Por todo o exposto, o presente parecer referencial deverá ser utilizado na instrução dos processos administrativos relativos à contratação direta em razão do baixo valor do objeto, obra ou serviço a ser contratado, na forma do art. 75, I e II da Lei n.º 14.133/2021, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 235/2024 e Ato nº 001/2024 – PGM, a utilização deste opinativo será condicionada à juntada de:

- a) Deve ser acostado aos autos checklist de conformidade, conforme modelo anexo I e ateste da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial e que serão seguidas as orientações jurídicas nele contidas;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- b) Autuação deste Parecer Referencial em todos os processos a que destina;
- c) Deverá anexar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade, referente a empresa a ser contratada;
- d) Apresentar Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Preços, nos autos da contratação (modelo anexo III);
- e) Apresentar Termo de Declarações, assinado pela empresa a ser contratada, conforme modelo do anexo II;
- f) realizar a paginação oficial do processo de contratação, nos termos do Art. 22, §4º da Lei nº 9.784/1999² (páginas numeradas sequencialmente e rubricadas);
- g) Todos os documentos deverão estar assinados pelo emitente;

Cumpra ao gestor do órgão demandante, ainda, a ordenação da despesa, bem como a designação de servidor para exercer a função de fiscal do contrato atendidas as exigências do art. 7º da Lei n.º 14.133/21 e do regulamento municipal.

Ressalte-se que eventual descumprimento das obrigações contratuais deverá ser apurado para fins de responsabilização pelo órgão ou entidade contratante.

Não obstante, importante ressaltar, que, nos termos do art. 73 da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais

² Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. (...)

§ 4º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

cabíveis.

Entrementes, destaca-se que este parecer jurídico tem natureza meramente consultiva, de forma que a autoridade não se vincula ao parecer e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo (STF, MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, julgado em 09/08/07).

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, mas sempre de maneira fundamentada/justificada.

É o parecer³.

À consideração superior.

Ivaí, PR, 11 de setembro de 2024.

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI:06694111916
2024.09.24 16:37:32-03'00'
2023.2.0

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI
Procuradora do Município de Ivaí/PR - OAB/PR 125.002

APROVO:

JOAO AURELIO
STUPP:03650945
959

Assinado de forma digital por
JOAO AURELIO
STUPP:03650945959
Dados: 2024.09.25 11:15:34
-03'00'

JOÃO AURÉLIO STÜPP
Procurador-Geral do Município de Ivaí-PR

³ Parecer jurídico é um ato administrativo meramente consultivo, que poderá ou não ser ratificado por um ato administrativo decisório da autoridade competente.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO (Checklist) PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR

Contratação Direta – fundamento nos incisos I e II do Art. 75 da Lei 14.133/2021

LEGENDA: S – Sim; N – Não; OBS- Observação.

*quando usar a opção N, justificar abaixo

ITEM	DESCRIÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL	S/N	PÁGINA
1	Existência de processo administrativo devidamente autuado.			
2	Existência de documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência (assinado pela autoridade competente), projeto básico ou projeto executivo. Obs. 1: O Estudo Técnico Preliminar poderá ser dispensado nos casos previstos no Decreto Municipal n. 029/2023, e no caso de dados necessários a contratação, estes deverão ser integrados ao Termo de Referência, sem prejuízos à Administração. Obs. 2: No mínimo, sugere-se que deverá existir Termo de Referência, contendo os elementos definidos no art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/21 e, no caso das compras, as informações complementares presentes no art. 40, §1º, da referida lei. Obs: Caso sejam dispensados o estudo técnico preliminar, realização de a análise de riscos, elaboração de termo de referência, projeto básico ou projeto executivo, devem se restringir as possibilidades contidas no Art. 14 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso I, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, I do Decreto Municipal nº 029/2023.		✓
3	Estimativa de despesa, que deverá ser calculada, estabelecida a partir do procedimento de pesquisa de preços, conforme art. 23 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como do art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, inciso II, e art. 23 da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, II do Decreto Municipal nº 029/2023.		
4	Declaração de Responsabilidade Sobre a Pesquisa de Mercado.	Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.		
5	Parecer jurídico e Pareceres técnicos, se for o caso, que demonstre o atendimento dos requisitos exigidos ou Parecer Referencial emitido pela Procuradoria Jurídica.	Art. 72, inciso III, da Lei n. 14.133/21 e Art. 2º, X do Decreto Municipal nº 029/2023.		



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

6	Indicação do recurso próprio para a despesa e comprovação da existência de previsão de recursos orçamentários, de acordo com o respectivo cronograma. (Art. 2º, III do Decreto Municipal nº 029/2023.)	Arts. 72, IV, da Lei n. 14.133/21.		
7	Documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômica, se for o caso, e de regularidade fiscal, trabalhista e em relação ao FGTS. Deverá, também, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e cadastros locais de suspensão, impedimento ou inidoneidade.	Arts. 72, V, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/21. Art. 91, §4º, da Lei n. 14.133/21.		
8	Termo de Declarações (modelo)	Art. 14 da Lei n. 14.133/21 e outros.		
9	A razão da escolha do contratado	Art. 72, VI, da Lei n. 14.133/21		
10	Justificativa de preço, mediante pesquisa de preços realizada de acordo com o art. 23 da Lei n. 14.133/21, e Art. 4º do Decreto Municipal nº 029/2023 e Art. 28 a 31 do Decreto Municipal nº 025/2023.	Art. 72, VII, da Lei n. 14.133/21.		
11	Documento assinado pela autoridade competente informando que foram observados o somatório do dispêndio no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.	Art. 75, §1º, da Lei n. 14.133/21.		
12	Divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a fim de colher outras propostas ou processo de dispensa eletrônica, ou <u>justificativa acerca de não atendimento à preferência de prévia divulgação e de dispensa eletrônica.</u>			
13	Autorização emitida pela autoridade competente/homologação, Art. 72, inciso VIII, da Lei n. 14.133/21	Art. 75, §3º, da Lei n. 14.133/21		
14	Minuta do contrato ou instrumento equivalente. (modelo anexo) Obs.: conforme art. 95, inciso I, da Lei 14.133/21, é dispensável o instrumento contratual no caso dispensa de licitação em razão de valor. Nesse caso, o contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.	Art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/21.		
15	Portaria de nomeação do gestor e fiscal (art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023), bem como dos demais agentes envolvidos na contratação.	Art. 23 do Decreto Municipal nº 025/2023		



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33
Procuradoria Jurídica

16	Publicação do ato que autoriza a contratação direta ou extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.	Art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.		
----	---	---	--	--

DECLARAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELO EXAME

Eu, _____, servidor público devidamente inscrito sob a matrícula nº _____, declaro expressamente que o processo de dispensa de licitação em razão do valor foi analisado em conformidade com as disposições previstas no Parecer Jurídico Referencial e Decreto Municipal nº 025 e 029/2023, assumindo a responsabilidade pela veracidade e preenchimento do checklist.

Nome: _____
CPF: _____
Cargo



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO II

COLOCAR O TIMBRE DA EMPRESA

TERMO DE DECLARAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

O signatário da presente, em nome da proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada a Rua _____, nº _____, bairro _____, _____/PR, CEP _____, declara, para todos os fins legais e necessários, sob as penas da lei, que:

1. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao município de Ivaí.
2. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
3. Dentre os membros do quadro societário, há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designações recíprocas? (Súmula vinculante nº 13 - STF)

(X) Não

() Sim

Em Caso Positivo, apontar:

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Relação de parentesco:	Relação de Parentesco:

	Parente em linha reta	Parente colateral	Parente por afinidade (familiares do cônjuge).
1º grau	Pai, mãe e filho(a).		Padrasto, madrasta, enteado(a), sogro(a), genro e nora.
2º grau	Avô, avó e neto(a).	Irmãos.	Cunhado(a), avô e avó do cônjuge.
3º grau	Bisavô, bisavó e bisneto(a).	Tio(a) e sobrinho(a).	Concunhado(a).

4. Não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
5. Não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
6. Não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Poder Executivo Municipal, bem como não possui impedimentos nos termos requeridos no §1º, do artigo 9º e no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.
7. Ao participar deste processo consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo, estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados. E, nos termos da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), se compromete a observar a legislação aplicável à espécie, promovendo o tratamento de todos os dados que possua acesso decorrente da execução do presente contrato administrativo, bem como, se responsabilizando por eventuais ilícitos praticados por si e seus prepostos, visando sempre proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta de preços.

9. Minha empresa não está sancionada com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Ivaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

10. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

11. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e

12. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2024.

Responsável legal

000040



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE A PESQUISA DE MERCADO

Eu, _____, residente e domiciliado (a) na cidade de _____, inscrito (a) no CPF nº _____, lotado (a) na Secretaria _____, na função de _____, sob a matrícula nº _____, declaro que, com relação à pesquisa de preços anexa a Requisição de Compras nº _____:

DA FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS:

Neste tópico será necessário descrever como foi realizada a pesquisa de preços e quais parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e decreto nº 025/2023 foram cumpridos.

EXEMPLO:

A pesquisa de preços foi realizada mediante as seguintes fontes:

- a) _____ (art. 23, inciso _____ da Lei nº 14.133/2021),
- b) _____ (art. 23, inciso _____ da Lei nº 14.133/2021),
- c) _____ (art. 23, inciso _____ da Lei nº 14.133/2021),

Atendendo plenamente o disposto no art. 29 do Decreto Municipal nº 025/2023, vez que foram consultados no mínimo 03 preços de um ou mais parâmetros de que trata o 1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

Para tanto foi utilizada a _____ (média/mediana/menor preço) para o valor máximo estimado.

DA PESQUISA COM FORNECEDORES:

Caso necessite utilizar orçamento de fornecedores será necessário preencher este campo, caso contrário, poderá excluir essa informação.

Declaro que a pesquisa de mercado foi realizada por meio de orçamentos com fornecedores, pois _____.

Explicar os motivos pelos quais não foi possível realizar a cotação pelos outros meios de pesquisas previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como todas as diligências realizadas e os documentos juntados que comprovam a inviabilidade, bem como a solicitação formal de requisição do orçamento (exemplo: e-mail). Os próximos parágrafos são destinados a justificar o motivo da seleção destes fornecedores.

Os comprovantes de tentativa de ampliação da pesquisa foram juntados aos autos.

De acordo com o disposto no art. 23, § 1º, IV, da Lei nº 14.133/2023, foram escolhidos os fornecedores para a pesquisa de mercado por estes _____.

DA RESPONSABILIDADE:

Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

Declaro estar de acordo com a consulta de mercado realizada e ciente da responsabilidade em caso de sobre preço.

Ivaí, ____ de _____ de _____.

Assinatura
Nome do Servidor:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

ANEXO IV CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede no(a), na cidade de, /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº, de de de 20..., CPF: e RG:, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDAD E	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
1						
2						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital de Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de execução/entrega será de, contados e de acordo com o previsto no termo de referência.

000041



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

OU (quando admitida)

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1.

4.2.2.2.

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento ocorrerá em até _ _ _ dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

000043



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

10.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

10.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

10.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

10.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

10.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

10.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

10.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:

10.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

10.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;

10.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

10.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;

10.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

10.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

10.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

10.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

10.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

10.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

10.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

10.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

10.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

000044



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

12.8. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

dotação _____ a _____ seguir _____ discriminada: _____

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de

Ivaí-PR, de de

CONTRATANTE



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF

Assinatura:

000046

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí - PR

Segue abaixo documentação para dispensa de licitação:

- ☒ Cópia do contrato social;
- ☒ Alvará de localização;
- ☒ CND Receita Federal; *ok
- ☒ CRF - FGTS - Caixa Econômica Federal;
- ☒ CND MUNICIPAL;
- ☒ CND ESTADUAL;
- ☒ CNDT - TST
- ☒ Cartão CNPJ/MF
- ☐ Certidão simplificada da junta comercial;
- ☒ Certidão de falência e Concordata;
- ☐ Dados bancários para pagamento (pessoa Jurídica);
- ☐ Informações do responsável para fins de assinatura do contrato.

000047

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresário(a)

Nome Civil

JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CPF

080.522.389-43

CNPJ

52.894.123/0001-17

Data de Abertura

15/11/2023

Nome Empresarial

52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Nome Fantasia

MUNDO DA MUSICA

Capital Social

2.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

15/11/2023

Endereço Comercial

CEP

84460-000

Logradouro

RUA RUI BARBOSA

Número

203

Bairro

CENTRO

Município

IVAI

UF

PR

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

1º período

Início

15/11/2023

Fim

-

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Comerciante independente de embalagens

Atividade Principal (CNAE)

4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de brinquedos e artigos recreativos

Comerciante independente de equipamentos de telefonia e comunicação

Comerciante independente de artigos fotográficos e para filmagem

Comerciante independente de equipamentos e suprimentos de informática

Técnico(a) de sonorização e de iluminação

Atividades Secundárias (CNAE)

4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos

4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação

4789-0/08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem

4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

000048

independente

Comerciante independente de artigos do
vestuário e acessórios

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ/MF 76.175.918/0001-33
Rua Rui Barbosa, nº 632, Centro
IVAÍ-PARANÁ

ALVARÁ nº 2037

O Município de Ivaí, concede alvará de licença para localização a:

Nome: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO	
Nome Fantasia: MUNDO DA MUSICA	
CNPJ: 52.894.123/0001-17	INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 4324153
Localização	
RUA RUI BARBOSA, 203 CEP: 84460000 Ivaí - PR	
Atividades	
4789-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente.	
4752-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação.	
4763-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.	
4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.	
4789-0/08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem.	
9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação.	
4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.	

Emitido em	Horário de Funcionamento	Situação do Alvará	Validade
16/01/2024	COMERCIAL	Ativo	16/01/2025

Observações
ESTE ALVARÁ DEVERÁ PERMANECER EM LUGAR VISÍVEL E DE LIVRE ACESSO A FISCALIZAÇÃO.
1 - O presente alvará só tem efeito para o período especificado, ficando sujeito a renovação anual.
2 - Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias.
IMPORTANTE: Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Ivaí, 16 de Janeiro de 2024.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO **NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
CNPJ: 52.894.123/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:41:20 do dia 20/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/07/2025.

Código de controle da certidão: **E9CF.2F8E.13FB.B276**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
CNPJ: 52.894.123/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:47:03 do dia 15/01/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/07/2024.

Código de controle da certidão: **4496.BD90.4B17.6D83**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

000052

Valor: R\$ 96,02

Realizado em: 13/01/2025 - 16:37:35

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: RECEITA FEDERAL

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Agência e conta do destinatário: 0332 / 0081010-0

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E81466286202501131937274mJ1PA71Q

Dados gerais:

Identificador: 07082501381258340096180202

Valor original: R\$ 96,02

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.7274.mJ1P.A71Q

Número de Controle: 11797032976

Emitido em: 13/01/2025 - 16:37:38

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

Valor: R\$ 96,72

Realizado em: 13/01/2025 - 16:37:06

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CNPJ do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193657nXbd96nO7

Dados gerais:

Identificador: 07082501381258170095835181

Valor original: R\$ 96,72

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.657n.Xbd9.6nO7

Número de Controle: 11797030636

Emitido em: 13/01/2025 - 16:37:09

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

Valor: R\$ 97,32

Realizado em: 13/01/2025 - 16:36:36

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193627tI70MIApq

Dados gerais:

Identificador: 07082501381258110094575864

Valor original: R\$ 97,32

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.627t.I70M.IApq

Número de Controle: 11797028262

Emitido em: 13/01/2025 - 16:36:39

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

Valor: R\$ 97,96

Realizado em: 13/01/2025 - 16:36:04

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193555lpvbLg5OI

Dados gerais:

Identificador: 07082501381257840096180183

Valor original: R\$ 97,96

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.555I.pvbL.g5OI

Número de Controle: 11797025841

Emitido em: 13/01/2025 - 16:36:07

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000056

Valor: R\$ 97,96

Realizado em: 13/01/2025 - 16:36:04

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***,484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193555I|pvbLg5OI

Dados gerais:

Identificador: 07082501381257840096180183

Valor original: R\$ 97,96

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.555I|pvbLg5OI

Número de Controle: 11797025841

Emitido em: 13/01/2025 - 16:36:07

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000057

Valor: R\$ 98,65

Realizado em: 13/01/2025 - 16:35:34

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***,484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193525Jawk15poW

Dados gerais:

Identificador: 07082501381257521095835161

Valor original: R\$ 98,65

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.525J.awk1.5poW

Número de Controle: 11797023483

Emitido em: 13/01/2025 - 16:35:37

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

Valor: R\$ 93,89

Realizado em: 13/01/2025 - 16:34:34

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193425UCCnTqbN1

Dados gerais:

Identificador: 07082501381163519095832097

Valor original: R\$ 93,89

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.425U.CCnT.qbN1

Número de Controle: 11797018627

Emitido em: 13/01/2025 - 16:34:37

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

Valor: R\$ 93,89

Realizado em: 13/01/2025 - 16:34:34

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193425UCCnTqbN1

Dados gerais:

Identificador: 07082501381163519095832097

Valor original: R\$ 93,89

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.425U.CCnT.qbN1

Número de Controle: 11797018627

Emitido em: 13/01/2025 - 16:34:37

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000060



Documento de Arrecadação do Simples Nacional

CNPJ 52.894.123/0001-17	Razão Social 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO		
Período de Apuração Novembro/2023	Data de Vencimento 20/12/2023	Número do Documento 07.08.25013.8116300-4	Pagar este documento até 14/01/2025
Observações CPF: 080.522.389-43 Tributos (R\$): INSS 66,00 ICMS 1,00 ISS 5,00 PGMEI(Versao:3.14.2)			Valor Total do Documento 94,59

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
0151	INSS - SIMPLES NACIONAL - MEI 11/2023	66,00	13,20	7,51	86,71
0083	ICMS - SIMPLES NACIONAL - MEI PR - 11/2023	1,00	0,20	0,11	1,31
0125	ISS - SIMPLES NACIONAL - MEI IVAI (PR) - 11/2023	5,00	1,00	0,57	6,57
	Totais	72,00	14,40	8,19	94,59

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

85870000000 6 94590328250 7 14070825013 6 81163004601 4



CNPJ: 52.894.123/0001-17
Número: 07.08.25013.8116300-4
Pagar até: 14/01/2025
Valor: 94,59

Pague com o PIX



000061



SIMPLES
NACIONAL

**Documento de Arrecadação
do Simples Nacional**

CNPJ
52.894.123/0001-17

Razão Social
52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Período de Apuração
Dezembro/2023

Data de Vencimento
22/01/2024

Número do Documento
07.08.25013.8116351-9

Pagar este documento até

14/01/2025

Observações

CPF: 080.522.389-43

Tributos (R\$): INSS 66,00 ICMS 1,00 ISS 5,00

PGMEI(Versao:3.14.2)

Valor Total do Documento

93,89

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
0151	INSS - SIMPLES NACIONAL - MEI 12/2023	66,00	13,20	6,87	86,07
0083	ICMS - SIMPLES NACIONAL - MEI PR - 12/2023	1,00	0,20	0,10	1,30
0125	ISS - SIMPLES NACIONAL - MEI IVAI (PR) - 12/2023	5,00	1,00	0,52	6,52
Totais		72,00	14,40	7,49	93,89

SENDA (Versão:5.2.0)

Página: 1 / 1

13/01/2025 11:09:53

85820000000 7 93890328250 4 14070825013 6 81163519820 3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

85820000000 7

93890328250 4

14070825013 6

81163519820 3

CNPJ: 52.894.123/0001-17

Número: 07.08.25013.8116351-9

Pagar até: 14/01/2025

Valor: 93,89

Pague com o PIX



Valor: R\$ 76,60

Realizado em: 13/01/2025 - 16:40:54

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113194045fdXk0EnqX

Dados gerais:

Identificador: 07082501381260239096180261

Valor original: R\$ 76,60

Vencimento: 20/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3194.045f.dXk0.EnqX

Número de Controle: 11797048574

Emitido em: 13/01/2025 - 16:40:57

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000062

Valor: R\$ 91,73

Realizado em: 13/01/2025 - 16:39:56

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: RECEITA FEDERAL

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Agência e conta do destinatário: 0332 / 0081010-0

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193948TLA9FB2hv

Dados gerais:

Identificador: 07082501381259400094575913

Valor original: R\$ 91,73

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.948T.LA9F.B2hv

Número de Controle: 11797043942

Emitido em: 13/01/2025 - 16:39:58

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000063

Valor: R\$ 95,35

Realizado em: 13/01/2025 - 16:38:07

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193757jJVHO60Sm

Dados gerais:

Identificador: 07082501381258595094575886

Valor original: R\$ 95,35

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.757jJVHO.60Sm

Número de Controle: 11797035490

Emitido em: 13/01/2025 - 16:38:10

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000064

Valor: R\$ 94,01

Realizado em: 13/01/2025 - 16:39:26

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193853avMKFYIZq

Dados gerais:

Identificador: 07082501381259346096180235

Valor original: R\$ 94,01

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.853a.vMKF.YIZq

Número de Controle: 11797039869

Emitido em: 13/01/2025 - 16:39:30

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000065

Valor: R\$ 83,19

Realizado em: 13/01/2025 - 16:40:25

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113194015NpAQmG5nK

Dados gerais:

Identificador: 07082501381259958094575926

Valor original: R\$ 83,19

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3194.015N.pAQm.G5nK

Número de Controle: 11797046268

Emitido em: 13/01/2025 - 16:40:28

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000066

Valor: R\$ 94,59

Realizado em: 13/01/2025 - 16:34:00

Solicitante: BIBIANE SEBASTIANI NEIVERTH

Cooperativa e conta origem: 0730/57483-1

Nome do destinatário: MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ do destinatário: 00.394.460/0058-87

Instituição do destinatário: BCO DO BRASIL S.A.

Agência e conta do destinatário: 1607 / 333666-2

Nome do pagador: Bibiane Sebastiani Neiverth

CPF do pagador: ***.484.099-**

Instituição do pagador: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Nome do devedor: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ do devedor: 52.894.123/0001-17

ID da transação: E8146628620250113193350vBelckLTL

Dados gerais:

Identificador: 07082501381163004095832087

Valor original: R\$ 94,59

Vencimento: 14/01/2025

Autenticação Eletrônica: E814.6628.6202.5011.3193.350v.Belc.kLTL

Número de Controle: 11797015846

Emitido em: 14/01/2025 - 17:23:11

* A transação acima foi realizada no nosso Aplicativo Sicredi conforme as condições especificadas neste comprovante.

* Os dados digitados são de responsabilidade do usuário.

Serviços por telefone 3003 4770 (Capitais e Regiões Metropolitanas) / 0800 724 4770 (Demais Regiões)

SAC 0800 724 7220 / Ouvidoria 0800 646 25 19

000067



Documento de Arrecadação do Simples Nacional

CNPJ 52.894.123/0001-17	Razão Social 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO		
Período de Apuração Novembro/2023	Data de Vencimento 20/12/2023	Número do Documento 07.08.25013.8116300-4	Pagar este documento até 14/01/2025
Observações CPF: 080.522.389-43 Tributos (R\$): INSS 66,00 ICMS 1,00 ISS 5,00 PGMEI(Versao:3.14.2)			Valor Total do Documento 94,59

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
0151	INSS - SIMPLES NACIONAL - MEI 11/2023	66,00	13,20	7,51	86,71
0083	ICMS - SIMPLES NACIONAL - MEI PR - 11/2023	1,00	0,20	0,11	1,31
0125	ISS - SIMPLES NACIONAL - MEI IVAI (PR) - 11/2023	5,00	1,00	0,57	6,57
Totais		72,00	14,40	8,19	94,59

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

85870000000 6	94590328250 7	14070825013 6	81163004601 4
---------------	---------------	---------------	---------------



CNPJ: 52.894.123/0001-17
Número: 07.08.25013.8116300-4
Pagar até: 14/01/2025
Valor: 94,59

Pague com o PIX





Documento de Arrecadação do Simples Nacional

CNPJ
52.894.123/0001-17

Razão Social
52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Período de Apuração
Dezembro/2023

Data de Vencimento
22/01/2024

Número do Documento
07.08.25013.8116351-9

Pagar este documento até

14/01/2025

Observações
CPF: 080.522.389-43
Tributos (R\$): INSS 66,00 ICMS 1,00 ISS 5,00
PGMEI(Versao:3.14.2)

Valor Total do Documento

93,89

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
0151	INSS - SIMPLES NACIONAL - MEI 12/2023	66,00	13,20	6,87	86,07
0083	ICMS - SIMPLES NACIONAL - MEI PR - 12/2023	1,00	0,20	0,10	1,30
0126	ISS - SIMPLES NACIONAL - MEI IVAI (PR) - 12/2023	5,00	1,00	0,52	6,52
Totais		72,00	14,40	7,49	93,89

SENDA (Versão:5.2.0)

Página: 1 / 1

13/01/2025 11:09:53

85820000000 7 93890328250 4 14070825013 6 81163519820 3

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

85820000000 7

93890328250 4

14070825013 6

81163519820 3

CNPJ: 52.894.123/0001-17

Número: 07.08.25013.8116351-9

Pagar até: 14/01/2025

Valor: 93,89

Pague com o PIX



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 52.894.123/0001-17
Razão Social: JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
Endereço: RUA RUI BARBOSA 203 / CENTRO / IVAI / PR / 84460-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/01/2025 a 10/02/2025

Certificação Número: 2025011204116178447581

Informação obtida em 13/01/2025 11:07:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

000069



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ/MF 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, nº 632, Centro

IVAÍ-PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA 37/2025

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 14/03/2025

3. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO EXISTE DÉBITO TRIBUTÁRIO VENCIDO RELATIVO AO CONTRIBUINTE DESCRITO ABAIXO.

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA /
LICITAÇÃO

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 4HHJRUFFH2JZXTHQC97

RAZÃO SOCIAL: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

INSCRIÇÃO
EMPRESA
4324153

CNPJ/CPF
52.894.123/0001-17

INSCRIÇÃO ESTADUAL
ISENTO

ALVARÁ
2037

ENDEREÇO: RUA RUI BARBOSA, 203, 203 - CENTRO - CASA Ivaí - PR CEP: 84460000

ATIVIDADES

Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação, Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem, Atividades de sonorização e de iluminação, Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço
<http://sistemas.ivaí.pr.gov.br:7474/contribuente/#!/stmCertidao/validacaoCertidao>

Ivaí, 13 de Janeiro de 2025



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035752347-98

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 52.894.123/0001-17

Nome: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 13/05/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 52.894.123/0001-17

Certidão nº: 2680829/2025

Expedição: 14/01/2025, às 16:41:25

Validade: 13/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.894.123/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 52.894.123/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/11/2023
NOME EMPRESARIAL 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.89-0-08 - Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO R RUI BARBOSA	NÚMERO 203	COMPLEMENTO *****
CEP 84.460-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IVAI
ENDEREÇO ELETRÔNICO GRUPOVANERAH@GMAIL.COM		UF PR
TELEFONE (42) 9981-3283		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/11/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 16/01/2024 às 13:31:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

IMBITUVA CARTORIO DISTRIBUIDOR
RUA SANTO ANTONIO, 915 - CENTRO
IMBITUVA/PR - 84430-000

TITULAR
JOEL PEREIRA DA CRUZ
JURAMENTADOS
DIMAS ROESLER
DAYANA SCHEIDT

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, observando a Resolução 426-OE, de 07/03/2024 e SEI 0140770-30.2024.8.16.6000 - Despacho n. 11010180 - GCJ-GJACJ-JLMAF, que revendo os livros e arquivos de distribuição de ações de FALÊNCIA E CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CNPJ 52.894.123/0001-17, no período compreendido desde 01/01/1989, data de instalação deste cartório, até a presente data.

IMBITUVA/PR, 10 de Janeiro de 2025

DAYANA SCHEIDT



Certificação



Custas = R\$ 42,95

Página 0001/0001

000074



Equiplano

Município de Ivaí - 2025
Classificação por Fornecedor
Processo dispensa 1/2025

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 145396-3 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO CNPJ: 52.894.123/0001-17 Telefone: 4299881328 Status: Classificado									
Email: bibianesebastiani@gmail.com								59.400,00	
Representante: 127806-1 JOAO CARLOS CARDOSO RIBEIRO									
Lote 001 - Lote 001									
001	49300 DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL	DI	12,00	Classificado			3.700,00	44.400,00	*
DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL									
-caixa LINE 600 rms cada UND 8									
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4									
caixa monitor retorno UND 2									
mesa de som digital de 16 canais UND 1									
microfones sem fio UND 2									
microfones com fio UND 4									
pedestal para microfone UND 4									
Amplificadores e cabearmentos suficiente para ligação do sistema de som									
002	49301 DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS	DI	6,00	Classificado			2.500,00	15.000,00	*
DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS									
caixa LINE 600 rms cada UND 4									
caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2									
caixa monitor retorno UND 1									
mesa de som digital de 16 canais UND 1									
microfones sem fio UND 2									
microfones com fio UND 2									
pedestal para microfone UND 2									
Amplificadores e cabearmentos suficiente para ligação do sistema de som									
VALOR TOTAL:							59.400,00		

000075



Equilíbrio

Município de Ivaí - 2025

Mapa da Licitação

Processo dispensa 1/2025

Página 1

Data abertura: 20/01/2025

Data julgamento: 20/01/2025

Data homologação:

CNPJ: 52.894.123/0001-17

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001				
001	DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM DI	12,00	3.700,00 *	
GERAL DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL				
-caixa LINE 600 rms cada UND 8				
- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4				
caixa monitor retorno UND 2				
mesa de som digital de 16 canais UND 1				
microfones sem fio UND 2				
microfones com fio UND 4				
pedestal para microfone UND 4				
Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som				
002	DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS DI	6,00	2.500,00 *	
OU FOMENTADOS DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS				
caixa LINE 600 rms cada UND 4				
caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2				
caixa monitor retorno UND 1				
mesa de som digital de 16 canais UND 1				
microfones sem fio UND 2				
microfones com fio UND 2				
pedestal para microfone UND 2				
Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som				
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR				
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR			59.400,00	

CNPJ: 52.894.123/0001-17 - 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5536 h

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

21/01/2025 09:06:33

0000076



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

MEMO/2025

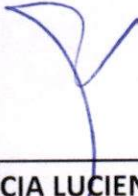
DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: GABINETE PREFEITO

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para assinatura do termo de ratificação referente ao processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2025** para fins de subsidiar o procedimento de Ratificação.

Cordialmente,

Ivaí/PR, 20 de janeiro de 2025



MARCIA LUCIENE KOBILARZ
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA Nº 001/2025

CONTRATADO: JOÃO CARLOS CARDOZO RIBEIRO inscrito no CNPJ sob o nº 52.894.123/0001-17, com sede à Rua Rui Barbosa, Nº 203, Centro, Ivaí/Pr, representado por João Carlos Cardozo Ribeiro, na qualidade de representante legal.

Considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Administração quanto à necessidade de contratação, com base no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, e a análise da autoridade competente que atesta a adequação e a legalidade da dispensa de licitação:

Cláusula 1ª - Do Objeto da Contratação:

O objeto da contratação é Locação de som para atender aos eventos realizados pelo Município, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo administrativo nº 001/2025.

Cláusula 2ª- Da Fundamentação da Dispensa:

A dispensa de licitação está fundamentada no artigo 75, Inciso II

Cláusula 3ª - Do Valor Total da Contratação:

O valor total da contratação é de R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), conforme detalhado no processo administrativo nº 001/2025, conforme descrito a seguir:

Lote					
001 Lote 001					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
043300	DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL.	DI	12,00	3.700,00	44.400,00
	DIÁRIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL.				
	-caixa LINE 600 rms cada UND 8				
	- caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 4				
	caixa monitor retorno UND 2				
	mesa de som digital de 16 canais UND 1				
	microfones sem fio UND 2				
	microfones com fio UND 4				
	pedestal para microfone UND 4				
	Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som				
043301	DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS	DI	6,00	2.500,00	15.000,00
	DIÁRIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS				
	caixa LINE 600 rms cada UND 4				
	caixa de grave duplo 2000 rms cada UND 2				
	caixa monitor retorno UND 1				
	mesa de som digital de 16 canais UND 1				
	microfones sem fio UND 2				
	microfones com fio UND 2				
	pedestal para microfone UND 2				
	Amplificadores e cabeamentos suficiente para ligação do sistema de som				
TOTAL					59.400,00
TOTAL GERAL					59.400,00

Cláusula 4ª - Das Disposições Finais



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Este Termo de Ratificação entra em vigor na data de sua assinatura, obrigando as partes ao cumprimento das obrigações aqui previstas.

Ivaí, 20 de janeiro de 2025

Assinatura da Autoridade Competente:

Orli Antonio Camargo de Cristo
Prefeito Municipal



Artigo 2.º - A Comissão terá como atribuições:

- I. Elaborar, implementar e monitorar o Plano de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH);
- II. Promover ações educativas junto às equipes de saúde;
- III. Analisar e divulgar indicadores de infecção hospitalar;
- IV. Cumprir as normas estabelecidas pela legislação vigente, especialmente a Portaria n.º 2.616/MS de 1998.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores que tratem do mesmo assunto.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA

Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:

Allan Thaler Domingos

Código Identificador:696E46E5

**ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 033/2025**

PORTARIA Nº 033/2025

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Gerson Felipuci e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pelo servidor e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Gerson Felipuci, matrícula nº 836, CPF 0**.* ***-48, com o cargo efetivo de Motorista, lotado na Escola Municipal Professora Maria de Fatima Sottoriva de Mazzi – Divisão de Ensino.

Art. 2º - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 20/01/2025 e 03/02/2025, totalizando 15 (quinze) dias para o período aquisitivo 2023/2024;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA

Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:

Allan Thaler Domingos

Código Identificador:A3A4E5F9

**ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 034/2025**

PORTARIA Nº 034/2025

SÚMULA: Concede prorrogação Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Vanderley Sorrentino, e dá outras providências

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90; **Considerando** o atestado médico apresentado pelo Servidor; **Considerando** os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Vanderley Sorrentino, matrícula nº 194, CPF 3**.* ***-04, com o cargo efetivo de motorista, lotado no Hospital Municipal – Divisão de Saúde

Art. 2º - A licença para tratamento de saúde ora concedida, será de 60 (sessenta) dias conforme atestado médico a partir de 17/01/2025, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17/01/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

GILSON JOSÉ DE GÓIS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA

Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:

Allan Thaler Domingos

Código Identificador:B2161E42

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES
DECLARAÇÃO PARA CONHECIMENTO GERAL**

DECLARAÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que se encontra em plena vigência a Portaria nº 002/2021, a qual designa a Sra. Elizabeth de Souza Narciso de Gois para o cargo de natureza política de Secretária de Assistência Social. Tal nomeação ocorre em caráter ad nutum, ou seja, com a possibilidade de revogação a qualquer momento, e visa ao desempenho de suas funções junto à Secretaria de Assistência Social, conforme as atribuições estabelecidas para o cargo. Assim, a referida Portaria confere à Sra. Elizabeth de Souza Narciso de Gois plenos poderes para o exercício de suas responsabilidades e atividades inerentes ao cargo, em conformidade com as normas e regulamentos pertinentes.

Atenciosamente,

Itaúna do Sul-PR, 20 de janeiro de 2025

GILSON JOSE DE GOIS

Prefeito Municipal

Publicado por:

Bruna Pereira Martins Alves

Código Identificador:54B4BBB4

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 001/2025**

**EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025**

OBJETO: contratação é Locação de som para atender aos eventos realizados pelo Município, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo administrativo nº 001/2025

Dotação orçamentária:

03001041220402200533903900000 0200

CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR

CONTRATADO: JOÃO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

Valor global: R\$ 59.400,00

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Locação de som grande	12	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
Locação de som pequeno porte	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021

RATIFICADO EM 20/01/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –

Prefeito Municipal

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:80D1FA6F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 002/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 086/2024 PREGÃO

ELETRÔNICO Nº: 086/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 086/2024

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 002/2025

Processo Licitatório nº: 086/2024

Pregão Eletrônico nº: 086/2024

Processo Eletrônico nº: 086/2024

OBJETO: Aquisição de 1.000 (mil) toneladas de calcário dolomítico para atender aos produtores rurais do município, conforme recursos do Plano Paraná Mais Cidades, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB).

CONTRATADA: PIRAPO TRANSPORTES LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor Unitário: R\$ 153,20

Valor Global: R\$ 153.200,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 20/01/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –

Prefeito Municipal

PAULO CESAR TRASSI –

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador:73BBB3EA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 003/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 (LEI

FEDERAL Nº 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

(Lei Federal nº 14.133/2021)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

Modo de disputa: "Aberto"

OBJETO: Aquisição de tênis e mochilas escolares para os alunos da rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2025.

Valor estimado: R\$ 291.903,00 (duzentos e noventa e um mil e novecentos e três reais).

Data de início de acolhimento de Propostas: 21/01/2025 a partir das 17h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 03/02/2025 – 08h15min.

Data de início da fase de LANCES: 03/02/2025 – a partir das 08h30min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3122-4673 – site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 20 de janeiro de 2025

MARCIA LUCIENE KOBILARZ

Agente de Contratação

Portaria Municipal nº 002/2024

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador:C2777FC5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 021/2025

PORTARIA Nº 021/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 2º da Lei Municipal nº 499, de 25 de março de 1997,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a Servidora Pública Municipal Sra. **OLIMARINA RALO KUCZNIR**, Auxiliar de Serviços Gerais I, Quadro de Pessoal desta Prefeitura, a reassumir as suas atividades de trabalho a partir do dia 27 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 20 de janeiro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Leticia Ribeiro Silvestrin

Código Identificador:A7E271C6

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 022/2025

PORTARIA Nº 022/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr. **JOAO AURELIO STUPP**, Procurador Geral, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de dez (10) dias a que tem direito, no período concessivo de 03 de fevereiro a 12 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 20 de janeiro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Leticia Ribeiro Silvestrin

Código Identificador:CE5FD365

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 023/2025

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
OBJETO: contratação de Locação de sala para atender aos eventos realizados pelo Município, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo administrativo nº 001/2025
Dotação orçamentária:
3300141220402000339000000000
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
CONTRATADO: JOÃO CARLOS CARDOSO RIBEIRO
Valor global: R\$ 59.400,00

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Locação de sala grande	12	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
Locação de sala pequena	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 20/01/2025
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025
(Lei Federal nº 14.133/2021)
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
Modo de disputa: Aberto
OBJETO: Aquisição de livros e materiais escolares para os alunos da rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2025.
Valor estimado: R\$ 251.903,00 (duzentos e noventa e um mil e noventa e três reais).
Data de início de recebimento de Propostas: 21/01/2025 a partir das 17h00min.
Data limite para recebimento de PROPOSTAS: 03/02/2025 - 09h15min.
Data de início da fase de LANCES: 03/02/2025 - a partir das 09h30min.
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>
e-mail para informações e obtenção do instrumento convocatório e anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL (IV - PR - Rua Rui Barbosa, 106 - Centro - Ivai - PR - Fone: 3122-4873 - site: www.ivaipr.gov.br)
10 de janeiro de 2025
Márcia Luciana Kóllbar
Agente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 002/2025
Processo Licitação nº: 086/2024
Pregão Eletrônico nº: 086/2024
OBJETO: Aquisição de 1.000 (mil) toneladas de calceamento para atender aos produtores rurais do município, conforme recursos do Plano Paraná Mais Cidades, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB).
CONTRATADA: PIRAPÓ TRANSPORTES LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor Unitário: R\$ 153,20
Valor Global: R\$ 153.200,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 20/01/2025
Oli Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal
Paulo Cesar Trassi - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de oxigênio medicinal e oxigênio fluído, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal.
Município de Ipiranga, Estado do Paraná, através da Pregoeira, designado pela Portaria nº. 2025, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 03 de fevereiro de 2025, às 14:00 horas, (horário de Brasília) no portal bllcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 11/2025.
O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/PR e no site: www.ipiranga.pr.gov.br e bllcompras.com. Informações pelo Fone: (42) 32428501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/MF) nome (CPF/MF), endereço, número de telefone, fac-símile e /ou e-mail.
Ipiranga-PR, aos 20 de janeiro de 2025.
DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Suspensão de Licitação
O Município de Ponta Grossa/PR informa a suspensão do Pregão, na forma eletrônica nº 234/2024, que se realizaria no dia 24 de janeiro de 2025, às 09h00min, através da Bolsa de Licitações e Leilões, para Aquisição eventual de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE. Mais informações serão fornecidas das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1003) ou ainda através do Portal da Transparência, Ponta Grossa, 20/01/2025
Isabele da Veiga Moro - Secretário Municipal de administração

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE - COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 28/01/2025, às 11h30 | 2º Público Leilão: 30/01/2025, às 11h30
Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por C.B.C. MELLO & CIA LTDA., CNPJ nº 15.144.091/0001-06, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 22, QUADRA AD, DO TERRAS ALPHAVILLE PONTA GROSSA**, localizado no bairro Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR. **Área Total: 300,00m²**. Mat. nº 12.622 do 3º Serviço de Registro de Imóveis de Ponta Grossa/PR. Inscrição Cadastral nº 08.2.56.34.0320.000. Consolidação da Propriedade em 11/12/2024. **Valores: 1º Leilão: R\$ 241.498,61. 2º Leilão: R\$ 235.982,72. Ônus de Arrematante: i)** Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos/taxas para lavratura/registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** Observar as restrições urbanísticas/construtivas; **v)** Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** Custas/despesas com eventual desocupação. Venda **ad corpus**, imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do **Edital de Leilão e Regras para Participação**, disponível no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciária **RAMOS & RAMOS INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 42.732.322/0001-75, representada por MARCELO RAMOS, CPF nº 078.676.969-62, comunicada dos leilões, também pelo presente edital. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End. Av. Rotary, 187, Jd. Das Palmeiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2024.

EDITAL Nº. 009, DE 20 DE JANEIRO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o teor do Ofício nº 44, de 20 de janeiro de 2025, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando a convocação do candidato entre os aprovados para o cargo de Psicólogo, no âmbito do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024.
TORNAR PÚBLICO
FICA(M) CONVOCAD(O)S (s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024, conforme relação abaixo, para no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de publicação, compareçam munidos dos seguintes documentos para a contratação em regime especial por prazo determinado, devendo apresentar cópia da RG, do CPF, Título Eleitoral e certidão de quitação eleitoral, 01 foto 3x4, comprovante de estar em dia com as obrigações militares se do sexo masculino, apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e sobre o recebimento de proventos decorrente de aposentadoria e pensão, apresentar declaração de bens e valores que constituem patrimônio e, se casado(a), a do cônjuge, comprovante de escolaridade mínima exigida, e demais documentos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2024.
1 - PSICÓLOGO

CLASS.	NOME	PONTUAÇÃO
5ª	SIMONE PALICE DUARTE ORTIZ	50

GABINETE DO PREFEITO, em 20 de janeiro de 2025.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PROCONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SAN MATEO RESIDENCE

As Administradoras PABLO JULIANO BATISTA - ME e FERNANDO PARTICA DA SILVA - EIRELI da ASSOCIAÇÃO PROCONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SAN MATEO RESIDENCE, neste ato convocam a todos os associados a comparecerem na Assembleia Geral a ser realizada de forma híbrida, sendo preferencial a forma presencial, mas para os associados que estiverem impossibilitados de comparecer presencialmente, será disponibilizado o link de acesso, abaixo indicado, na qual serão tratados e decididos os seguintes assuntos de interesse de todos:

- Prestação de contas parcial
- Consulta jurídica
- Assuntos gerais

A Assembleia será realizada de forma híbrida, nos termos do estatuto, na seguinte data e horário:

Data: 30/01/2025 (quinta-feira)

Local: Rua Dr. Paula Xavier, nº 1.200, Centro, Ponta Grossa/PR

Acesso pela Plataforma Google Meet:

Link da videochamada: <https://meet.google.com/zxv-ecdt-jcm>

Horário: Primeira Convocação às 18:30 horas, iniciando-se com a presença de no mínimo 50% dos associados. Segunda Convocação às 19:00 horas, iniciando-se com os associados que estiverem presentes.

Importante destacar que:

- a) A Assembleia é o órgão deliberativo supremo da associação;
- b) As decisões serão válidas para todos os associados e;
- c) Na Assembleia os votos dos associados serão proporcionais à quantidade de cotas de cada associado, independentemente da participação na obra.

Atenciosamente,

Ponta Grossa/PR, 17 de janeiro de 2025.

PABLO JULIANO BATISTA
Administrador

FERNANDO PARTICA DA SILVA
Administradora

EDITAL DE CITAÇÃO
A Sra. KATLYN APARECIDA RORIGUES
CTPS nº: 1192635 séries 795-7

Esgotados nossos recursos de localização e tendo em vista encontrar-se em local incerto e não sabido, solicitamos, por meio desta, que a Sra. Katlyn Aparecida Rodrigues, portadora da CTPS nº nº 1192635 séries 797-7, funcionário de Castro Clínica Odontológica LTDA., CNPJ nº 07.312.991/0001-97, com endereço à rua Cipriano Marquês de Souza, 223 - Centro, na cidade de Castro/PR, compareça em referido local no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir desta publicação, sob pena de ficar rescindido, automaticamente, o contrato de trabalho, conforme dispõe o artigo 482, letra i, da CLT.

Ponta Grossa, 20 de janeiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

OBJETO: Seleção e contratação de empresas que se enquadrem como MEI, ME e EPP conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, para fornecimento de gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Município de Ipiranga, Estado do Paraná, através da Pregoeira, designado pela Portaria nº. 17/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 03 de fevereiro de 2025, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal bllcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 10/2025.

O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/PR e no site: www.ipiranga.pr.gov.br e bllcompras.com. Informações pelo Fone: (42) 32428501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/MF) nome (CPF/MF), endereço, número de telefone, fac-símile e /ou e-mail.
Ipiranga-PR, aos 20 de janeiro de 2025.

DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal

Falecimentos



SEPULTADOS DE 20/01

Alice Vaz de Camargo, 84 anos
Aloize Karmazim, 69 anos
Cristiano Lopes Carvalho, 33 anos
Gabriel Anjos Ferreira, 22 anos
Hilario Chvista, 48 anos
João David Kieski, 77 anos
Jorge Laertes Ribeiro, 55 anos
Katia Regina Santos, 49 anos
Luiza Ambrosio Pacini, 84 anos
Maria Lucia Franco, 80 anos
Marina Trierweiler, 76 anos
RN de Angelita Carneiro Lourenço, 0 anos

SEPULTAMENTOS EM 21/01

Amelia Colaço Lineiro, 89 anos
Velório: Capela Santa Luiza
Cemitério: Santa Luiza, às 10h

Hilda Maria Rosa, 68 anos
Velório: Capela da Funerária Princesa
Cemitério: Parque Jardim Paraíso, às 09h

João Carlos de Lima, 74 anos
Velório: Capela Municipal São José
Cemitério: São Sebastião, às 10h

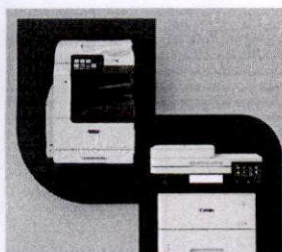
Luiz Vlademir Indezeichak, 66 anos
Velório: Capela São Francisco
Cemitério: Santo Antônio, às 10h

Maria de Lurdes Ferreira, 83 anos
Velório: Capela do Luto Santana
Cemitério: Santo Antônio, às 09h

PRINCESA
Assistência
O plano da família
PONTA GROSSA/PR
(42) 3223-9165 | (42) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFE, 188
CENTRO | PONTA GROSSA
(42) 3222-4046 | (42) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO | PONTA GROSSA
www.princesaassistencia.com.br

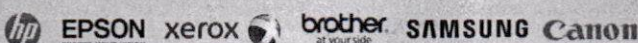
PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº. 4.865, DE 20 DE JANEIRO DE 2025.
Súmula: Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de servidor ocupante de cargo efetivo.
O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 765, de 26 de janeiro de 2017, bem como demais disposições legais (art. 37, II, IV da CF/88);
CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora para exoneração do cargo efetivo que ocupa;
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 20 de janeiro de 2025, a servidora CECILIA KOSTESKI COSTA, matrícula nº 91613, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO, em 20 de janeiro de 2025.
LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do Paraná



LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS | MULTIFUNCIONAIS | SCANNERS | PLOTTERS

SISTEMA DE BILHETAGEM, REVENDA DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



MOPEL®

42.3229-9272
42.9 9102-4550
42.9 9106-1598
contato@moneloe.com.br

000080



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR, E O 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

MUNICÍPIO DE IVAÍ, com sede na PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ, na cidade de Ivaí/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.175.918/0001-33 neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO** nomeado de acordo com o termo de posse, datado em 08 de agosto de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.894.123/0001-17 sediado na R Rui Barbosa, nº 203, Bairro Centro, Ivaí - PR, Cep: 84.460-000 doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por **JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO**, às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 025 e 029/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação 001/2025 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO (art. 92, I e II)

O presente contrato tem por objeto a Locação de som para atender aos eventos realizados pelo Município, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo administrativo nº 001/2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DIARIA SOM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL	UN	12	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
2	DIARIA SOM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS	UN	6	R\$ 2.500,00	R\$ 15.000,00
-	-	-	-	-	R\$ 59.400,00

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo permitida a prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

000081



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 3ª: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92.IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA 4ª: SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª: PREÇO

5.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R\$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)**, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

5.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA 6ª: PAGAMENTO (art. 92.V e VI)

6.1. O pagamento ocorrerá em até 30 dias, contados da data de entrega do objeto, ou prestação do serviço, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. Em caso de atraso no pagamento pelo Contratante, a atualização monetária, remuneração do capital e a compensação da mora será objeto de incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, da taxa referencial do SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulado mensalmente.

CLÁUSULA 7ª: REAJUSTE (art. 92.V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/01/2025 (Dez de Janeiro de dois mil e vinte e cinco).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice

7.3. INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8.
- 7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 8ª: CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

000082



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

CLÁUSULA 9ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

email: licitacao@ivaipr.gov.br

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA 10ª: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

10.2. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

10.3. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

10.4. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

10.5. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;

10.6. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;

10.7. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

10.8. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

10.9. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

10.10. as informações sobre os titulares envolvidos;

10.11. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

10.12. os riscos relacionados ao incidente;

10.13. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

10.14. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

10.15. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

10.16. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

10.17. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

10.18. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

000083



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

10.19. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e

10.20. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.

10.21. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 11ª: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 12ª: CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após anegociação;

12.5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.6. 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação fraudar a licitação

12.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei; 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.14. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.15. advertência;

12.16. multa;

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br

email: licitacao@ivai.pr.gov.br

12.17. impedimento de licitar e contratar e

12.18. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.19. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.20. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.21. as peculiaridades do caso concreto

12.22. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.23. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.24. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.25. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **40 (quarenta) dias**, a contar da comunicação oficial.

12.26. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.27. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.28. A sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VII e VIII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta ou indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 03 (três) anos.

12.29. A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 03 (três) anos e no máximo de 06 (seis) anos.

12.30. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização e ocorrerá nos termos do Decreto Municipal nº 025/2023.

12.31. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.32. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.33. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

000084



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

12.34. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13ª: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

13.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

13.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 14ª: CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada:

03001041220402200533903900000 0200

CLÁUSULA 15ª: DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor

– e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 16ª: ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 17ª: PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA 18ª: FORO (art. 92, §1º)

18.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Imbituva/Pr.

Ivaí-PR, 21 de Janeiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR
Orli Antonio Camargo de Cristo – Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
Data: 21/01/2025 14:36:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
Joao Carlos Cardozo Ribeiro – Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHA
Keila Storer Bueno

TESTEMUNHA
Karen Zelinda dos Santos

000085



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br



Município de Ivaí - 2025

Classificação por Fornecedor

Processo dispensa 1/2025

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Mo
Fornecedor: 143385-8-83.894.123-10 JOAO CARLOS CARDOZO KIBEIRO									
CNPJ: 42.814.123/0001-17 Telefone: 429981238									
Status: Classificado									
Email: ordenacao@ivaipr.com									
Representante: 173800-1 JOAO CARLOS CARDOZO KIBEIRO									
Lote 001 - Lote 001									
001	DIÁRIA SEM PARA RODEIO E EVENTOS EM GERAL	DI	12,00	Classificado			3.750,00	45.000,00	*
002	DIÁRIA SEM PARA EVENTOS REALIZADOS OU FOMENTADOS	DI	6,00	Classificado			2.500,00	15.000,00	*
VALOR TOTAL:								60.000,00	

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:60FF3D01

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
TURISMO**
PORTARIA Nº 018/2025,15 DE JANEIRO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a Servidora **Maria Helena Sales Santos Dias**, portadora do RG:810***41, matrícula: 59431 ocupante do cargo efetivo de professor, para exercer a função de diretora na Escola Municipal de Cândiaos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 06 de janeiro de 2025.

GERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação
Decreto: 015/2021

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:28A34B4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES**
**EXTRATO TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -
CON.03.2024**

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024
Processo Administrativo 0179.2024

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA UNIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA FAMÍLIA – UAPSF DE ITAÚNA DO SUL/PR;

FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)

CONTRATADA: L. G. LOPES CONSTRUTORA LTDA, com sede à RUA FLORIPES DE ABREU FANECO, 1869, QUADRA 5B LOTE 2A, PARQUE RESIDENCIAL VIENA II, CEP 87.506-680 no Município de Umuarama estado do Paraná., devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o número 22.273.100/0001-24, NIRE 41211536664 Registro em 13/04/2023, neste ato representada por LUCIANO GOMES LOPES,,

VALOR TOTAL: R\$125.864,85

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) meses podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

EXECUÇÃO: conforme cronograma físico-financeiro.

AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.

FORO: Comarca de Nova Londrina-PR

LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de janeiro de 2025

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Responsável pela Pesquisa de Preços: Drielle Conor Alves – Engenheira Civil CREA/PR 147213/D

Publicação:

Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:4B47331D

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES**
EXTRATO DISPENSA 04.2025

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025
Processo Administrativo 06.2025

OBJETO DO CONTRATO: Celebração de contrato de programa com o Consórcio Intermunicipal da Apa Federal do Noroeste do Paraná (COMAFEN), nos termos do art. 75, inciso XI, da Lei 14.133/2021, para a execução das atividades previstas no convênio nº 4500075650 firmado entre o COMAFEN e a ITAI-PU Binacional;

FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021, art. 75, XI)

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA APA FEDERAL DO NOROESTE DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.040.187/0001-45, com sede na Avenida Brasil, 1721, Loanda, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Presidente em exercício,

VALOR TOTAL: 5% de repasse a título de contrapartida conforme convênio celebrado entre a ITAIPU Binacional e o Consórcio COMAFEN

VIGÊNCIA: conforme previsto no contrato de programa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.

FORO: Comarca de Nova Londrina-PR

LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 22 de janeiro de 2025

Ratificação:

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente ratifica a Dispensa de Licitação, determinando a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Pesquisa de preço: os valores dos projetos/atividades são aqueles definidos no convênio 4500075650 Itaipu Binacional e Consórcio COMAFEN

Publicação:

Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:6609C4B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 010/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 001/2025

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 010/2025

Dispensa de licitação: 001/2025

OBJETO: Locação de som para atender aos eventos realizados pelo Município.

CONTRATADA: 52.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO

CONTRATANTE: Município de Ivai – Pr.

Valor Global: R\$ 59.400,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 21/01/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO –
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador: B7A1D12D

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 093/2024 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 087/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
087/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 093/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 087/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO
OBJETO: Aquisição de equipamentos e insumos odontológicos para a Secretaria Municipal de Ivaí, conforme proposta complementar da Resolução 860/2022.
LICITANTES VENCEDORES: JULIANO DE COSTA LTDA - LOTE 001= R\$ 194,95; GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - LOTE 002= R\$ 2.500,00; ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA - LOTE 003= R\$ 7.491,00; SÃO PAULO ARTIGOS HOSPITALARES LTDA - LOTE 011= R\$ 1.300,00; IDEALINE COMERCIAL EIRELI - LOTE 012= R\$ 9.710,97.
VALOR GLOBAL: R\$ 21.196,92
LOTES FRACASSADOS: 004,005,006,007,008,009 E 010.
HOMOLOGAÇÃO: 22/01/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: 058E4B83

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 003/2025

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de arquibancadas e camarote, conforme as especificações e condições estabelecidas no processo administrativo nº 003/2025
Dotação orçamentária:
0300104122402200533903900000 0200
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR
CONTRATADO: EQUIPE EDSON BRUSTOLIN RODEIO SHOW LTDA
Valor global: R\$ 19.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 22/01/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: BB8E1D00

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - OPERADOR DE MÁQUINAS -
AMPLA CONCORRÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO 003/2023 -
EDITAL 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS - AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,

CONVOCA

DIRCEU DZIOMBRA, SANDRO TOMACHESKI, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munido de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **03 de fevereiro de 2025**. O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR, 22 de janeiro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador: D8BD11D2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 026/2025

DECRETO Nº 026/2025

Súmula: Exonera Servidora Pública Municipal.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - É exonera, a pedido a Servidora Publica Municipal Sra. **ANA CLAUDIA HNEDA**, RG Nº 10.378.543-0 PR, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, a partir de 22 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO, em 22 de janeiro de 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador: 19C7CB63

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 027/2025

PORTARIA Nº 027/2025

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **SOLANGE SANSONOVSKI COMINESI**, Diretora do Departamento de Assistência Social, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de dez (10) dias a que tem direito, no período concessivo de 29 de janeiro de 2025 a 07 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 22 de janeiro de 2025.

Classificados e Publicação Legal

Falecimentos

SEPULTADOS
DE 22/01

Agostinho de Paula, 70 anos
Delmar do Rocio Correia dos Santos, 45 anos
Dercila Oliveira Mayer, 86 anos
Dolirio Antunes Rodrigues, 73 anos
Edina Regina Rodrigues de França, 50 anos
Elaine Alves de Almeida, 80 anos
Fátima Aparecida de Abreu, 50 anos
Francisco dos Santos, 76 anos
Ismail Dias da Silva, 76 anos
Kauane Damaris Santos Antunes, 26 anos
Kauane Lettyca de Lucca da Silva, 21 anos
Maria Clara Saita dos Santos, 8 dias
Mari Ondina Menim, 69 anos
Odila Ferreira, 86 anos
Paulo Cesar de Souza, 55 anos
Valdeir Mendes de Souza, 64 anos
Valdemir Alves de Oliveira, 77 anos
Viviane de Oliveira Camargo, 43 anos

SEPULTAMENTOS
EM 23/01

Antoninha Ribeiro de Lima, 77 anos
Velório: Capela Municipal São José
Cemitério: Santo Antônio, às 10h

Daniel Anderson Gonçalves, 34 anos
Velório: Na residência
Cemitério: São Vicente de Paula, às 09h

Elenice de Almeida Lemes, 56 anos
Velório: Em outro município
Cemitério: Em outro município

Jose Kunh Filho, 77 anos
Velório: Capela Municipal São José
Cemitério: Santa Luiza, às 09h

Lourdes Deleuzuk, 68 anos
Velório: Capela do Luto Santana
Cemitério: São José, às 10h

Lurdes Rosa Pontes, 80 anos
Velório: Capela da Funerária Prever
Cemitério: São José, às 10h

Manoel da Cruz Loures, 94 anos
Velório: Capela do Luto Santana
Cemitério: São Sebastião, às 10h

Maria Cecília Silva, 80 anos
Velório: Na residência
Cemitério: Parque Jardim Paraíso, às 10h

Tania Queiroz, 55 anos
Velório: Em outro município
Cemitério: Em outro município

Thereza Tozetto Zambrzycki, 93 anos
Velório: Capela São Francisco
Cemitério: São José, às 09h30



O plano da família
POSTAGROSSENSE

(41) 3223-9165 | (41) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFE, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(41) 3222-4046 | (41) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 28/01/2025, às 11h30 | 2º Público Leilão: 30/01/2025, às 11h30

Angela Pedini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por C.B.C. MELLO & CIA LTDA., CNPJ nº 15.144.091/0001-06, **YENDERÁ** em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 22, QUADRA AD, DO TERRAS ALPHAVILLE PONTA GROSSA**, localizado no bairro Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR. **Área Total: 300,00m²**. Mat. nº 12.622 do 3º Serviço de Registro de Imóveis de Ponta Grossa/PR. Inscrição Cadastral nº 08.2.56.34.0320.000. Consolidação da Propriedade em 11/12/2024. **Valores: 1º Leilão: R\$ 241.498,61. 2º Leilão: R\$ 235.982,72. Ônus do Arrematante: i) Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; ii) Custas/impostos/taxas para lavratura/registro da escritura; iii) Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; iv) Observar as restrições urbanísticas/construtivas; v) Custas/despesas para regularização de eventual beneficiária/construção; vi) Custas/despesas com eventual desocupação. Venda ad corpus, imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINLEILÕES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **RAMOS & RAMOS INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 42.732.322/0001-75, representada por **MARCELO RAMOS**, CPF nº 078.676.969-62, comunicada dos leilões, também pelo presente edital. Informações: contato@pecinleiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777, End. Av. Rotary, 187, Jd. Das Palmeiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.**

Aviso de Entrega de Estudo de Impacto de Vizinhança e de Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIVI

A empresa Clube Ponta Lagoa, portadora do CNPJ 03.433.990/0001-40, informa que no dia 15 de janeiro de 2025 foi publicado no Diário Oficial do Município o Edital de Entrada referente ao protocolo do Estudo de Impacto de Vizinhança e do Relatório de Impacto de Vizinhança do empreendimento denominado **Salão de festas – Sede Campes- tre**, localizada na Av. Presidente Kennedy, s/nº – bairro Cará-Cará, deste município.

A solicitação de Audiência Pública deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da publicação do Edital de Entrada do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIVI) e do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em acordo com o contido no Artigo 8º da Lei Municipal nº 12.447/2016.

O EIV/RIVI está disponível para consulta no endereço eletrônico <http://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/> e na sede do IPLAN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025

O MUNICÍPIO DE RESERVA, entidade de personalidade jurídica de direito público, estabelecida a Avenida Cel. Rogério Borba nº 741, em Reserva/PR, inscrita no CNPJ 76.169.879/0001-61, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Machado Ribeiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.601.XXX-X - SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 082.694.XXX-XX, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2024, resolve REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA BALDINI & GUIMARÃES COMERCIO LTDA inscrita no CNPJ nº 51.854.929/0001-19, sediada na Rua Fênix Dias, nº 1050, Sala 03, Zona Armazém, Maringá - PR, Fone: (44) 99992-4105, e-mail: baldiniguimaraes@hotmail.com, por intermédio de seu representante legal, e Sr. Marcos Vinicius Guimarães, classificada em primeiro lugar para o objeto da licitação, atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta Ata, sujeitando-se as partes às determinações da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, do Decreto Municipal nº 3816/24, e demais normas pertinentes, bem como às determinações no instrumento convocatório do Pregão supracitado, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de kit lanche, especificados no Anexo I – Termo de Referência – do Edital de Pregão Eletrônico nº 065/2024, visando atender a demanda do órgão gerenciador.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantagem dos preços registrados.

3. DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES:

LOTE	QTD	N. RES	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNIT. (R\$)	V. TOTAL (R\$)
01	22.500	UN	KIT LANCHE COMPOSTO PELOS SEGUINTE PRODUTOS: - 01 BISCOITO DOCE RECHEADO C/ 130G; BELLA VISTA - 01 BISCOITO SALGADO C/ 24G; LEPETIT - 01 BISCOITO SALGADO INTEGRAL C/ 24G; LEPETIT - 01 ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GAS C/ 300ML; SAFIRA - 01 SUCO 200ML; GOLD PREMIUM - EMBALAGEM KASSUYA EMBALAGEM + COTA PROPOSTA + ASSINATURA	PRÓPRIA	6,54	147.150,00
02	7.500	UN	KIT LANCHE COMPOSTO PELOS SEGUINTE PRODUTOS: - 01 BISCOITO DOCE RECHEADO C/ 130G; BELLA VISTA - 01 BISCOITO SALGADO C/ 24G; LEPETIT - 01 BISCOITO SALGADO INTEGRAL C/ 24G; LEPETIT - 01 ÁGUA MINERAL NATURAL SEM GAS C/ 300ML; SAFIRA - 01 SUCO 200ML; GOLD PREMIUM - EMBALAGEM KASSUYA EMBALAGEM + COTA PROPOSTA + ASSINATURA	PRÓPRIA	6,54	49.050,00
VALOR TOTAL						R\$ 196.200,00

Reserva (PR), 22 de janeiro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 118/2025

Dispensa de Licitação: 01/2025
OBJETO: Locação de sala para atender aos eventos realizados pelo Município.
CONTRATADA: S2.894.123 JOAO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
CONTRATANTE: Município de Inai – PR.
Valor Global: R\$ 58.400,00
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/01/2025

Odil Antonio Camargo de Cristo – Prefeito Municipal
João Carlos Cardoso Ribeiro – Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 07/2025

OBJETO: Seleção e contratação de empresas que se enquadram como MEI, ME e EPP conforme Lei Complementar nº.123/2006 e Lei Complementar 147/2014, para prestação de serviços de instrutor de curso de danças gaúchas de salão, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Máximo aceitável: R\$ 30.000,00(trinta mil reais).
Base Legal: Art. 75, II, Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 26/2023, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas a partir do dia: 23 de janeiro de 2025 às 08h30min, até o dia 29 de janeiro de 2025 às 8:30, com início da fase de disputa às 09:00 horas.

Data de encerramento: 29 de janeiro de 2024, às 15:00h.
O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/PR e no site: www.ipiranga.pr.gov.br e www.bilcompras.com. Informações pelo FONE (042) 32428501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br.

Ipiranga-PR, aos 22 de janeiro de 2025.
DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2025

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de pessoa física para prestação de serviços de mecânico especializado em manutenção preventiva e corretiva de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários da linha pesada, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Transportes. O Município de Ipiranga, Estado do Paraná, através da Pregoeira, designado pela Portaria nº. 17/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 06 de fevereiro de 2025, às 14:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bilcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 12/2025.

O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/PR e no site: www.ipiranga.pr.gov.br e www.bilcompras.com. Informações pelo Fone: (42) 32428501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/MF) nome (CPF/MF), endereço, número de telefone, fax-símile e/ou e-mail.

Ipiranga-PR, aos 21 de janeiro de 2025.
DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 13/2025

OBJETO: Registro de preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de exames laboratoriais, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal. O Município de Ipiranga, Estado do Paraná, através da Pregoeira, designado pela Portaria nº. 17/2025, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 07 de fevereiro de 2025, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bilcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 13/2025.

O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/PR e no site: www.ipiranga.pr.gov.br e www.bilcompras.com. Informações pelo Fone: (42) 32428501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/MF) nome (CPF/MF), endereço, número de telefone, fax-símile e/ou e-mail.

Ipiranga-PR, aos 22 de janeiro de 2025.
DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA - PR

Aviso de Licitação

No dia 29 de janeiro de 2025 às 08h30m, será realizado dispensa na forma eletrônica nº 01/2025, conforme artigo 75 Inciso II, da Lei 14.133/2021. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço na Área da Radiologia/Radioproteção. Fornecimento de Dosímetros e Monitoração de doses individuais e padrão, com leitura e relatório mensal e anual de dose, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bilcompras.com). Acesso às informações pelo telefone (42) 3220-1013 (ramal 4030) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/> e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Ponta Grossa, 22/01/2025
Liliani Cristina Brandelise
Presidente da FMS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA - PR

Aviso de Licitação

No dia 10 de fevereiro de 2025 às 09h00m, será realizado pregão na forma eletrônica nº 01/2025. Prestação de serviço especializado em manutenção técnica preventiva e corretiva de autoclaves, através da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bilcompras.com). Acesso às informações pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 4030) ou ainda através do link <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portaltransparencia/> e Portal Nacional de Contratações Públicas.

Ponta Grossa, 22/01/2025
Liliani Cristina Brandelise
Presidente da FMS

LOCAÇÃO DE

IMPRESSORAS | MULTIFUNCIONAIS | SCANNERS | PLOTTERS

SISTEMA DE BILHETAGEM, REVENDA DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



EPSON
EXCEED YOUR VISION



xerox



brother
ALWAYS BETTER



SAMSUNG



Canon

MOPEL®

42. 3229-9272
42. 9 9102-4550
42. 9 9106-1598
contato@mopelpg.com.br

000084